

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

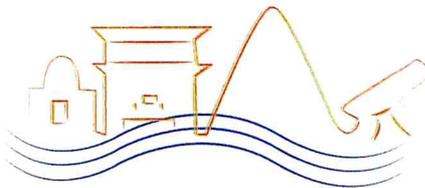
ATA Nº7/2019

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, levou-se a efeito a Sessão Ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, pelas 20 horas e 35 minutos, nas instalações da Escola Básica EB1/JI Nº1 de Massamá, sita na Rua das Rosas, em Massamá, presidida por Manuel Lourenço Marques (Presidente da Mesa da Assembleia), secretariada por Ana Paula Carvalho (1ª Secretária) e Sandra Viegas (2ª Secretária).-----

O Executivo da União das Freguesias de Massamá e de Monte Abraão fez-se representar pelos: Presidente, Pedro Oliveira Brás; o Tesoureiro, Hélder Leandro Couto; e os Vogais João Maria Russo, Nuno Goulão e Carlos Rodrigues.-----

A sessão decorreu com a seguinte Ordem de Trabalhos (de acordo com a convocatória): -----

1. Informações; -----
2. Apreciação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020; -----
3. Apreciação, discussão e votação referente à Autorização Prévia Genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais; -----
4. Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2020; -----
5. Apreciação de Carta de Princípios, Nota Justificativa e Calendarização do Orçamento Participativo para 2020; -----
6. Apreciação e votação das Normas de Participação do Orçamento Participativo para 2020; -----
7. Apreciação de Carta de Princípios, Nota Justificativa e Calendarização do Orçamento Participativo Jovem para 2020; -----
8. Apreciação e votação das Normas de Participação do Orçamento Participativo Jovem para 2020; -----
9. Apreciação e votação de protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e Associação Oficina de Planeamento e Participação no âmbito da Rede de Autarquias Participativas – RAP; -----
10. Apreciação e votação de protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e o Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins – CECOFA, no âmbito de estágio curricular do Projeto de apoio e dinamização do comércio local «O Freguês»; -----
11. Apreciação e votação de protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Associação RJ Anima no âmbito do desenvolvimento de atividades culturais; --
12. Apreciação e votação do Regulamento da Universidade Sénior de Massamá e Monte Abraão; ----
13. Apreciação e votação das Atas de Assembleia de Freguesia Nos. 4, 5 e 6 de 2019; -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

14. Apreciação da Informação Escrita do Presidente, referente ao 4º Trimestre de 2019 relativa às atividades e Situação Financeira da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão.-----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu os trabalhos dando as boas vindas a todos os presentes. Agradeceu à Direção da escola a cedência do espaço para a realização da última assembleia do presente ano. Passou a cumprimentar o Sr. Presidente do Executivo, todos os membros do Executivo, o Secretário da Mesa, os Vogais das diversas Bancadas, o estimado público e colaboradores ali presentes. -----

De seguida, passou a estabelecer o quórum, informando que iria proceder às substituições, relativamente à: -----

Bancada do PS – os Vogais Antonieta Rosa, Sérgio Rodrigues, João Henriques (1º Secretário), Arnaldo Costa, Afonso Correia, Ricardo Falcato, José Batista e Ana Paula Martins pediram substituição tendo sido substituídos pelos Vogais Helena Alvito Marques, Carlos Nogueira, Hussnúbanú Ribeiro e João Carlos dos Santos. -----

Bancada do PSD – os Vogais Rui Coelho, Ana Paula Garganta, António Miguel Afonso, Maria Manuela Afonso Vilela, Ricardo Manuel de Oliveira, Nuno Miguel Fernandes, Vanessa da Lima Costa pediram substituição tendo sido substituídos pelo Vogal Bernardo Martins Nunes; -----

Bancadas da CDU – os Vogais José Coelho, Luís Miguel Coelho, Maria João Luís Antunes, Mariana Ferreira Ventura e Eduardo Manuel pediram substituição tendo sido substituídos pelos Vogais Luís Fernando Baixinho e Albino Filipe (fincando-se a aguardar a sua chegada). -----

Pelo que, após a constituição da Assembleia, conforme indica a folha de presenças desta Sessão, esta estava completa, com um corpo de 21(vinte) Vogais, os quais, por ser verdade, a dataram e assinaram:

Bancada do Partido Socialista (PS): Manuel Lourenço Marques, José Fernandes, David Silva, Hussnúbanú Ribeiro, Ana Paula Carvalho, Maria Adelaide de Sousa, Helena Marques, João Carlos Santos; Manuel Salvador, Sandra Viegas e Carlos Nogueira; -----

Bancada do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS/PP): Luís Fernandes; -----

Vogais Independentes: Maria de Fátima de Campos, Carlos Saldanha e José Barandas Salgado; -----

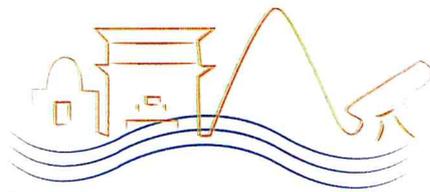
Bancada do Partido Social Democrata (PSD): João da Cruz Paixão e Bernardo Nunes; -----

Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU): Fernando Baixinho e Albino Filipe; -----

Bancada do Bloco de Esquerda (BE): José Barroso Dias e Rosa Maria Pereira.-----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia(Manuel Lourenço Marques) lembrou que, sendo esta uma Assembleia Ordinária, haveria lugar ao período de 30 minutos, denominado «**Período de ANTES DA ORDEM DO DIA**», em que mediante inscrição, o estimado público poderia intervir, abordando dois a três temas com um tempo máximo de 5 minutos por interveniente, de acordo com o Regimento; deu a palavra ao freguês

2



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Sr. Joaquim Manuel Viegas para falar sobre comércio local. -----

O Sr. Joaquim Manuel Viegas iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos ao Executivo, à Mesa, aos Vogais e a todos os presentes. -----

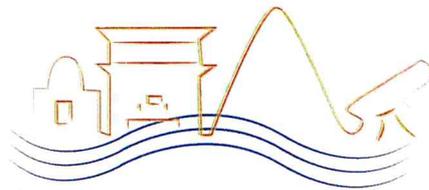
Disse então que, relativamente ao Ponto 10. da OT da assembleia, gostaria de referir que o Projeto Cartão Freguês (CF) deveria ter a ambição de ser um projeto de apoio e de dinamização da economia local, tendo por princípio ser uma ajuda para gerar mais emprego, mais investimento, mais rendimento económico e por consequência levar a uma economia local mais forte, mas que a realidade era outra. -----

Salientou que o que se tinha era um cartão sem freguês que em nada valorizava a União das Freguesias ou os seus comerciantes. Defendeu que este projeto estava caduco e que em nada constituía uma mais-valia para os comerciantes, e que nunca poderia ser um mero cartão, nem mesmo digital, nem uma simples aplicação de telemóvel. Sustentou que teria de ser uma ferramenta para uso do comerciante e que deveria começar por onde nunca tinha começado, pela formação, pela criação de atos conjuntos com os comerciantes, como *workshops* e fóruns para estruturar o projeto e definir estratégias e objetivos. -----

Afirmou que o que se tinha atualmente com o CF, não era mais do que umas quantas iniciativas isoladas com pouca expressão; salientando a Revista Acontece (que uma vez por ano saía com cupões desconto e publicitava que o CF como tendo mais de 230 lojas aderentes e, no entanto, contando os cupões existiam 226 lojas, e que, logo à primeira vista, retirava 4 que já não existiam pelo que ficavam apenas 222). Disse ainda que, curiosamente, na página do Facebook da UFMMA, a 4 de novembro era publicada a existência de mais de 250 lojas aderentes; perguntando se de 4 de novembro ao momento se tinham perdido 28 lojas, ou se se tratava publicidade enganosa. -----

Recordando que havia um concurso de montras (que considerou até estar rotineiro, mas que até tinha um ganho para o comerciante vencedor!), salientou que se tinha optado por alterar o incentivo (e bem!), passando o mesmo para o cliente. Disse então que se tinha passado a ter o Sorteio de Natal, o qual infelizmente tinha começado mal, porque se tinha iniciado a 15 de novembro, tendo os comerciantes recebido um e-mail apenas no dia anterior a informar a existência do mesmo e a informar que oportunamente iriam receber cartazes alusivos ao concurso, sendo que os referidos cartazes tinham chegado apenas a 5 de dezembro, 20 dias depois do início. Salientou que o sorteio tinha um valor de 20€ e que o concorrente para concorrer tinha de se deslocar à JF. Considerou que lhe parecia pouco abrangente, que a verba era alta e que era pouco prático. Relembrando que hoje se falava que o comerciante também tinha de fazer a parte dele, divulgar o CF, defendeu que, quando o projeto não funcionava, era difícil o comerciante trabalhá-lo. -----

Recordou ainda um evento de 2019 em que o CF apenas deu apoio com a oferta de prémios, pois o evento foi organizado por moradores e comerciantes, o *peddy paper*. Salientou que o CF tinha oferecido cerca de 90€ (noventa euros) em prémios (50€ para o 1º, depois 25€ e 15€...); acrescentando que o Shopping



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Center de Massamá só em cartazes alusivos tinha gasto mais de 50€, o que considerou estranho: uma entidade como o Shopping fazer um investimento destes e a junta... -----

Defendeu que pensar num projeto destes, sem estratégia, sem investimento sistemático era captar o investimento dos comerciantes para apoio para fins eleitorais e o projeto estaria condenado à partida. Disse ainda que, no âmbito das soluções por si entregues na anterior assembleia, esperava que as mesmas tivessem sido tidas em conta e que tivessem contribuído para uma avaliação ponderada das reais necessidades para que o investimento em 2020 não viesse a ser um desperdício de verbas. -----

Dirigindo-se aos membros do executivo concluiu, afirmando que efetivamente não bastava fazer, havia que saber fazer, e que este executivo tinha estado muito longe de o saber fazer. -----

Não havendo mais ninguém inscrito **O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás)** que começou por apresentar os cumprimentos protocolares a todos os presentes. -----

Começou por dizer que relativamente a esta intervenção política tinha sido um belo ensaio para o ano 2021 e, portanto, gostaria de realçar este ensaio/posição política sobre o Projeto CF, sobre o qual já tinham tido oportunamente a oportunidade de explicar quer em Reunião Pública quer na anterior assembleia qual era o caminho que o executivo queria para o CF. -----

Salientou que o freguês tinha referido um ponto de ordem de ordem dos trabalhos que incidia nessa estratégia: a capacitação (realçando que quando se chegasse á discussão no Ponto 10 teria oportunidade de falar sobre isso). -----

Agradeceu a posição política do freguês interveniente e afirmou que este estava de facto a treinar bem, referindo que também ele tinha começado assim, a fazer intervenções no público e que depois tinha sido convidado para fazer parte de uma lista, tendo sido eleito em 2009 e depois se tinha candidatado pelo mesmo partido em 2013. Reiterou que o freguês estava seguramente no bom caminho. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha. Disse então que, a propósito desta intervenção e depois do que tinha escrito no Acontece (realçando que mil caracteres não serviam para pouco) tinha alguns comentários a fazer. -----

Recordou que já na anterior assembleia de freguesia alguém tinha intervindo e que o Sr. Presidente do Executivo tinha referido tratar-se de uma intervenção política, afirmando que parecia que cada vez que alguém se lhe opunha, era uma intervenção política. Argumentou que parecia que os fregueses não podiam contestar o trabalho do Sr. Presidente ou do executivo, nomeadamente alguém da área onde do CF. -----

Relativamente ao CF, disse que, tendo mais de 6 anos de existência, gostaria de saber, mais do que o número de lojas aderentes, qual era a avaliação de retorno relativamente ao investimento feito; realçando que já ali tinha perguntado várias vezes e nunca tinha obtido resposta. Perguntou então se: -----

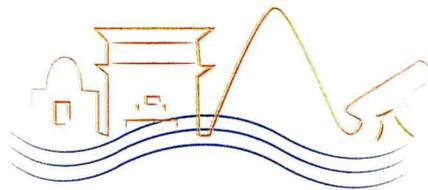
– O cartão freguês tinha trazido mais clientes para o comércio local; -----

4

Sede: R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá · 2745-872 Queluz ·
Tel.: 21 439 23 31 / 21 438 91 71 · Fax: 21 438 91 70

e-mail: assembleia@uf-massamamabraao.pt

Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31 Monte Abraão · 2745-300 Queluz ·
Tel.: 21 437 36 35 / 21 439 08 39 Fax: 21 437 36 60



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

- A faturação tinha aumentado; -----
- Em quem tinha aumentado (na restauração...?); -----

acrescentando que era importante trabalhar esses dados junto dos comerciantes, reiterou que isto era algo que vinha a dizer a algum tempo. Revelando a sua concordância com algumas coisas ditas pelo freguês, afirmou continuar a achar que, apesar de se terem 220 ou 250 lojas, não se percebia muito bem se realmente vinha a funcionar para aqueles que eram os mais interessados, os comerciantes. Defendeu que era isso que era importante saber-se, ou seja, ter outros números, ter uma avaliação de retorno sobre o impacto que o CF teve para os comerciantes. -----

Sobre a questão do Sorteio, salientou que se todos os dias fosse a uma pastelaria tomar o pequeno-almoço não teria o direito a participar no sorteio, só se fosse a um restaurante e comesse muito bem ou se este fosse muito caro é que teria esse direito. Realçou ainda que não lhe parecia que tivesse sido feito da melhor maneira, o que deveria ficar como aprendizagem para o próximo ano, pois obrigar as pessoas a deslocarem-se à junta era um obstáculo à participação no sorteio. -----

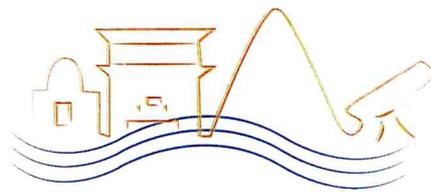
O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) anunciou que tinha chegado o Vogal da Bancada da CDU, Albino Filipe, pelo que a assembleia estava agora completa com os 21 vogais que a compunham e deu-lhe as boas-vindas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Fernando Baixinho da Bancada da CDU que começou por dizer que a sua bancada vinha a assistir há uns anos para cá ao sofrimento do comércio local devido às médias e grandes superfícies. Salientou que se dizia que se apoiava o comércio local, mas que cada vez existiam mais Grandes Superfícies e que por mais iniciativas que se viessem a desenvolver junto do comércio local, este estava um bocado estrangulado por causa das grandes e das médias superfícies. -----

Contou que havia dias tinha ido ao Shopping e que tinha constatado que havia imensas lojas fechadas, acrescentando que até as grandes superfícies já se estavam a engolir uma às outras. Concluiu, defendendo que ainda bem que os parquímetros não tinham sido aprovados senão é que ninguém iria estacionar e andar à chuva para depois ir ao comércio local. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Vogal Maria de Sousa da Bancada do PS que começou por apresentar os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

Relativamente ao Comércio Local, afirmou que era importante que todos nós conseguíssemos entender que uma JF ou qualquer outra entidade não substituíria o comerciante na defesa daquele que era o seu negócio, defendendo que o comerciante tinha de se adaptar à realidade, não se podendo esperar que viesse outro que não tinha interesse direto no negócio fazer uma defesa que só cabia ao próprio comerciante fazer. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

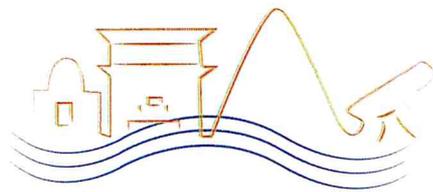
Disse ainda que havia muitas lacunas, muitos pontos a serem melhorados no comércio local da nossa União de Freguesias (UF), mas que não era só na nossa, mas sim do comércio de uma forma geral e que isso começava com a necessidade de uma adaptação do comerciante à realidade, acrescentando que este tinha de conhecer o seu cliente e a ele dirigir a sua atenção, fosse na obtenção dos produtos certos para as alturas certas, como no cliente certo. Defendeu que não se podia estar à espera de que um CF solucionasse a inoperância de um comerciante na defesa daquele que era o seu interesse pessoal. -----

Reiterando que era importante que se percebesse isso, salientou que um CF era criado no sentido de ser uma ferramenta, no sentido de ajudar e não de o substituir (e não substituía em momento algum!) porque não havia ferramenta para substituir a vontade do comerciante em lutar pelo seu próprio negócio. Defendeu que os comerciantes tinham de estar constantemente atualizados, irem à procura dos seus clientes e melhor ainda (e mais difícil de tudo): fidelizar os seus clientes. -----

Salientou que não se tratava só de criar negócios, pois os números falavam por si próprios, a capacidade de sobrevivência das empresas após o primeiro ano era extremamente reduzida, o que nos mostrava uma coisa óbvia: não bastava criar; todos os dias tinha de se lutar. Realçou que quem frequenta o comércio local vê que em muitos casos os comerciantes estão estagnados, não evoluíram, não se adaptaram à realidade. Perguntando porque era que os grandes Centros Comerciais vingavam, respondeu que era porque se adaptavam, porque estavam constantemente informados, porque faziam análises de mercado, porque faziam análises de produto e conheciam os seus clientes. Acrescentou que qualquer um que esteja mais por dentro do comércio, do segmento do retalho, saberá perfeitamente que até de centro comercial para centro comercial o tipo de clientes muda e o tipo de produtos são diferentes; salientando que a mesma marca consegue encomendar produtos diferentes para as suas lojas mediante o centro comercial. Argumentou que isto nos dizia que uma loja tinha de saber todos os dias o que é que as pessoas procuravam e tentar oferecer ao cliente esse produto. -----

Referindo-se ao Shopping de Massamá, disse que durante a semana tinha lá ido várias vezes e que muitas lojas estavam fechadas durante o horário normal de funcionamento e que tal, na visão do cliente, fazia com que este lá deixasse de ir, porque corria o risco de estar fechado. Perguntou então de quem era a responsabilidade, se era da JF ou do CF, ao que respondeu que não. Salientou que o CF era uma ferramenta que publicitava, dava visibilidade ao comerciante que aderira, que o guiava e o ajudava naquela que era a comunicação direta com o seu cliente, mas que em momento algum substituiria o comerciante naquele que era o seu negócio. Salientou que cada negócio era do interesse do seu proprietário e o comércio local era do interesse de toda a freguesia. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Bancada do CDS, Vogal Luís Fernandes, que apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

ly

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Começou por dizer que a Sra. Vogal do PS tinha dito coisas muito interessantes, mas que a questão passava não só por aí, mas por muitas outras coisas que aconteciam e a que muitas vezes se fechavam os olhos. -----

Defendeu que a questão era que o Comércio Local estava a ser bombardeado por uma série de ataques, entre eles: as feiras; as lojas chinesas, os centros comerciais; mas, mais do que isso, era a injustiça que existia quando um de nós ia comprar a uma loja em Massamá ou em Queluz (porque aqui a responsabilidade era da autarquia, no todo!). Perguntou então como é que era possível aceitar que na feira de Monte Abraão se comprasse um polo Hugo Boss™ por 10 euros (e nem se atrevia a pedir fatura!) quando o comércio tradicional era vendida por 50€ e o comerciante tinha de passar fatura... Perguntou como era possível aceitar-se que houvesse uma economia paralela baseada em coisas muito pouco claras, colocando-se ainda a questão da fiscalidade. Salientou que à porta das feiras existia até polícia que não atuava. -----

Asseverou que existia aqui um problema de fiscalidade e que o problema no comércio local existia de facto. Disse ter em casa uma pessoa que tinha uma loja em Queluz há 40 anos e que estava delapidada pela falta de apoio que tem havido por parte do governo, da parte do município e da parte da freguesia na parte que lhe competia. Salientou que a parte que lhe competia era a da dinamização junto da comunidade para que as coisas acontecessem. -----

Afirmou achar que o CF até era uma boa iniciativa, mas que tinha de ser dinamizada para as pessoas perceberem que trazia valor, quer aos comerciantes quer a quem recorre às lojas. Disse esperar que com a iniciativa da junta viesse a acontecer essa maior dinâmica, a maior proximidade. Defendeu que, como autarcas, tinham de respeitar quem vinha aqui dizer das suas preocupações com este facto. Salientou que havia muitos senhores (como este que ali tinha vindo) que tinham exatamente o mesmo problema. Revelou a sua concordância quando se dizia que as lojas tinham de mudar, tinham de facto de ter outra imagem, que era necessário saber aproximar-se das pessoas, usando as redes sociais, divulgando os artigos junto dos clientes, mas com o auxílio da junta. -----

Referiu então que tinha visto noutras autarquias pelo país fora algumas dinâmicas interessantes, o ter, por exemplo, as lojas abertas à noite. Acrescentou que achava que era importante dar essa visibilidade e ser-se um bocadinho atrevido para se chegar à população porque, de facto, havia situações difíceis de entender como é que eram admissíveis e mais, do que isso, que se mantivessem ao longo do tempo. Acrescentando que esta situação não era de há 4 ou 8 anos, mantinha-se há muito, e que tendia a agravar mais a problemática do comércio local. Considerou que era algo importante, pois a economia do próprio território ia-se esvanecendo. Afirmando não estar contra a feira (longe disso!), realçou que toda a economia que lá se gerava ia para fora do concelho e não se tentava manter a do concelho. Salientou que muitos dos comerciantes migravam para fora deste, pois aqui não conseguiam manter-se, não conseguiam obter os devidos rendimentos económicos para sustentar as suas famílias. -----

7

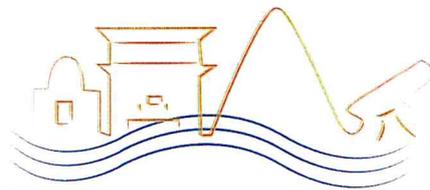
Sede: R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá · 2745-872 Queluz ·

Tel.: 21 439 23 31 / 21 438 91 71 · Fax: 21 438 91 70

e-mail: assembleia@uf-massamamabraao.pt

Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31 Monte Abraão · 2745-300 Queluz ·

Tel.: 21 437 36 35 / 21 439 08 39 Fax: 21 437 36 60



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Concluiu, afirmando que era uma realidade, que não se tratava de uma questão política, nem de esquerda nem de direita, afirmando que era uma questão transversal. Defendeu que importava criar dinâmicas: promoção do CF e outras iniciativas (lojas abertas à noite), e que havia coisas que tinham de ser pensadas com muita premência. Terminou, discordando com o Sr. Presidente do Executivo, disse achar que o que ali tinha ouvido não tinha sido uma intervenção política e que se tratava de uma intervenção de alguém que está preocupado com uma questão que afeta «n» comerciantes (confidenciando que em casa tinha um problema exatamente igual, com uma loja em Queluz que há 40 anos vende roupa e que a situação é complicada, e que já muitas vezes deram à cabeça para inverter a situação). Reiterou que era difícil a situação e que achava que a autarquia devia dar alguma ajuda. Frisou e sublinhou esperar que esta iniciativa (a abordar no Ponto 10) que advinha de uma iniciativa da junta pudesse contribuir para mudar o estado atual da situação. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) recordou que o Período de Antes da Ordem do Dia tinha uma duração de 60 minutos e que a Mesa tinha recebido duas moções a tempo e horas, as quais, de acordo com o Regimento, teriam de ser discutidas ainda neste período, pelo que apelou ao poder de síntese dos vogais. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Independente Carlos Saldanha que afirmou que iria ser rápido e que apenas pretendia manifestar o seu espanto relativamente a determinadas intervenções, nomeadamente a da Sra. Vogal do PS. -----

Recordou que o documento das Grandes Opções do Plano referia «Valorizar a Economia Local» e a vogal tinha vindo dizer que eram os comerciantes que tinham de se valorizar. Referiu ainda que era feita toda uma política à volta do CF, que seria uma iniciativa louvável, se respondesse à questão por si feita: qual era a avaliação do retorno e que benefício tem tido para os comerciantes. Perguntou se era apenas para terem um autocolante na porta e darem 10% de desconto. Afirmou que parecia (mediante a intervenção da Vogal) que o CF não servia para nada; que os comerciantes é que se tinham de valorizar e que só servia para os comerciantes descontarem 10% à faturação. -----

Relativamente a Valorizar a Economia Local, perguntou se a Vogal sabia o que o espantava, respondendo que o que o espantava era ver 170 milhões de euros no banco da CMS e, por exemplo, não se defender a baixa de impostos, como a derrama, porque isso é que seria valorizar a economia e favorecer os comerciantes; acrescentando que isso não, isso não interessava. Defendeu que era muito giro fazer um CF, mas que tinha de ser feito e perceber-se quais os benefícios que traria para os comerciantes; não se tratava apenas de divulgar o CF e os comerciantes depois que se amanhassem... Reiterou que não podia ser! -----

Reiterou que, aquilo que os vogais independentes defendiam, era que importava fazer uma avaliação de retorno e que já o vinham a dizer há vários anos, o que não havia e importava ser feito. Concluiu, afirmando que não se sabia qual era o benefício concreto que o CF trazia aos comerciantes... já se sabia que eles tinham

8

Sede: R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá · 2745-872 Queluz ·
Tel.: 21 439 23 31 / 21 438 91 71 · Fax: 21 438 91 70

e-mail: assembleia@uf-massamamabraao.pt

Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31 Monte Abraão · 2745-300 Queluz ·
Tel.: 21 437 36 35 / 21 439 08 39 Fax: 21 437 36 60

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

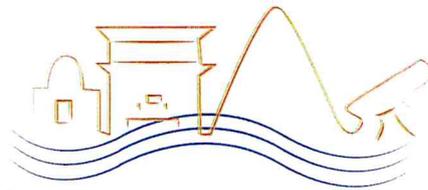
de se amanhar... era assim, já se tinha ficado a perceber uma série de coisas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) apelou novamente ao poder de síntese dos vogais pois a OT era longa e ainda havia duas moções a discutir antes da Ordem do Dia. Deu a palavra à Vogal Maria de Sousa do PS que começou por lamentar os lapsos auditivos seletivos do Vogal Carlos Saldanha porque em momento algum tinha dito que o Comércio Local (CL) tinha de fazer tudo sozinho. Salientou que o que tinha dito era que o CL não podia estar à espera que fosse uma ferramenta como o CF a lutar pelo seu interesse porque ele tinha de participar. -----

Dirigindo-se ao Vogal Carlos Saldanha, disse que não sabia em que qualidade o vogal falava, mas ela, pessoalmente, conseguia falar com base na sua própria experiência profissional adquirida no segmento do retalho, portanto, se calhar, seria bom para o vogal respeitar alguém que trabalhava no meio e que sempre tinha trabalhado no meio do retalho, e que poderia não saber muita coisa na vida, mas que tinha alguma coisa a ensinar no que ao retalho dizia respeito. Disse ainda ao Vogal que em vez de estar a fazer chacota, tinha de entender uma coisa, se existia quem defendesse o CL, era a bancada do PS e se no seu caso pessoal (pois tinha sido a si mesma que o Vogal tinha dirigido a palavra) conseguia defender o CL, bem como reconhecer a sua importância na localidade, na dinâmica, pois estava-se a falar de emprego e de segurança. Recordou que por o reconhecer é que tinha sido criado o CF, uma ferramenta criada para ajudar o CL, que não substituíam o papel do comerciante e tinha sido isso que tinha dito do princípio ao fim. Reiterando que o CF não substituíam o interesse do comerciante, porque ninguém mais poderia lutar pelo seu interesse do que ele próprio. Recordou que a UFMMA se tinha disponibilizado a criar uma ferramenta para ajudar. Interpelando o vogal Carlos Saldanha, disse-lhe que se quisesse lhe explicaria o conceito de «ajudar» ...afirmando que: não era «trabalhar por». -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) lembrou a Vogal Maria de Sousa que deveria evitar diálogos pois seria obrigado a interrompê-los. Recordou ainda que decorridos que estavam 35 minutos de reunião, havia ainda duas moções a discutir no Período de Antes da Ordem do dia, uma apresentada pelo CDS e outra pelos Vogais Independentes, pelo que renovou o apelo ao poder de síntese dos vogais. -----

Prosseguiu, **dando a palavra ao Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha que, em resposta à Vogal Maria de Sousa,** disse que sobre a qualidade em que falava era a de Vogal da Assembleia de Freguesia e que tinha todo o direito de o fazer. Afirmou ainda que ensinar, a Vogal não lhe ensinava nada. Salientou que a Vogal não tinha respondido, nem comentado nada sobre o que ele próprio havia dito e que até podia ir para casa pensar e responder na próxima Assembleia de Freguesia (AF); acrescentando que, para além de a Sra. Vogal não saber qual era o retorno, não sabia se os comerciantes a utilizavam, se a utilizavam bem, se tinham ganho com a utilização dessa ferramenta. Salientou que o que sabiam era que tinham lá um autocolante na porta e que aquilo dava 10% de desconto. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Afirmou que, se se defendia tanto os comerciantes, por que razão não havia uma baixa de impostos para os mesmo e, dizendo que sabia que era para ajudar, perguntou então porque era que o que ali tinha sido dito era que o CF servia para fazer comunicação, neste caso servia para fazer política.

Reiterou que a assembleia precisava de saber em que era que o CF ajudava os fregueses e os comerciantes. Inquiriu a Vogal sobre qual tinha sido o benefício direto para um comerciante com CF, perguntando-lhe se sabia e afirmando que ela não o sabia; o que considerou preocupante. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu por encerrada a fase de intervenção dos vogais sobre a questão levantada. Informou a assembleia de que tinham entrado duas Moções nos tempos previstos pelo Regimento (2 dias antes) tendo sido aceites pela Mesa da AF. -----

Solicitou a anuência da assembleia para a apresentação da «**Moção sobre 25 de Novembro de 1975**» apresentada pela Bancada do CDS/PP. -----

Informou ainda que tinha entrado uma **Moção dos Vogais Independentes sem título sobre Como Publicitar as Assembleias de Freguesia**. Solicitou a anuência da assembleia para a apresentação da mesma. -----

Com anuência, o **Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques)** deu a palavra à **Bancada do CDS, Vogal Luís Fernandes**, que se propôs a fazer uma síntese, mas por solicitação da assembleia, passou a ler: -----

«Moção 25 de Novembro de 1975 -----

No dia 25 de Novembro de 1975 pôs-se fim à escalada revolucionária a que se vinhas assistindo e que se intensificara ao longo do Verão Quente de 1975, período batizado de PREC (Processo Revolucionário em Curso), em que o governo provisório, liderado por Vasco Gonçalves, estava a ser instrumentalizado no sentido de impor ao País um regime autoritário com analogias aos então existentes na Leste da Europa.

Foi um período muito conturbado, a que se assistiu a nacionalizações, ocupações de terras, de casas e de empresas, a saneamentos de dirigentes e quadros técnicos de empresas, ao cerco da Assembleia da República impedindo a saída dos deputados, ao cerco intimidatório do congresso do CDS no Palácio de Cristal no Porto, aos assaltos a sedes de diversos partidos políticos, à extinção de alguns partidos e movimentos políticos, negando-lhes a sua existência, à vigilância e controlo dos cidadãos através de barricadas erguidas nas estradas por milícias armadas populares armadas e à prisão de centenas de pessoas, sem culpa formada, só porque defendiam a democracia. -----

Portugal esteve à beira de uma guerra civil. -----

Só a ação conjunta da sociedade civil, das forças democráticas do PS, PPD e CDS e dos militares moderados do Movimento das Forças Armadas, permitiu evitar a guerra civil e restabelecer a Democracia.

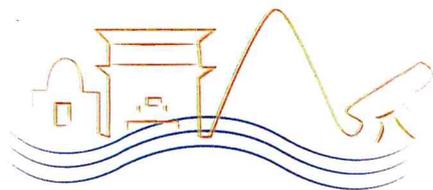
Devemos enaltecer as ações e o empenho de Ramalho Eanes que comandou as operações militares, de Jaime Neves, Vasco Lourenço e Melo Antunes que em conjunto com centenas de militares e civis anónimos tiveram um papel fundamental na vitória das forças democráticas. -----

10

Sede: R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá · 2745-872 Queluz ·
Tel.: 21 439 23 31 / 21 438 91 71 · Fax: 21 438 91 70

e-mail: assembleia@uf-massamabraao.pt

Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31 Monte Abraão · 2745-300 Queluz ·
Tel.: 21 437 36 35 / 21 439 08 39 Fax: 21 437 36 60



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Assim: -----

Considerando que ao recordarmos o “25 de Novembro de 1975” estamos a respeitar a sua importância na história de Portugal e a recordar todos aqueles civis e militares, dos quais destacamos as tropas “Comandos”, que colocaram os interesses do país em primeiro lugar. -----

Considerando que para o PS, PSD, CDS-PP e Militares moderados, o 25 de novembro permitiu o regresso à pureza originária do Programa do MFA e à essência do próprio 25 de Abril; -----

Considerando que o 25 de novembro deu origem a uma crescente estabilidade social e a um reforço do pluripartidarismo e da Assembleia Constituinte; -----

Considerando que o 25 de novembro foi o dia da implementação de um regime verdadeiramente democrático em Portugal e que é a esta data que se deve a democracia parlamentar; -----

A Assembleia de Freguesia de Massamá e Monte Abraão: -----

- Congratula-se com o Quadragésimo quarto aniversário do “25 de novembro”;

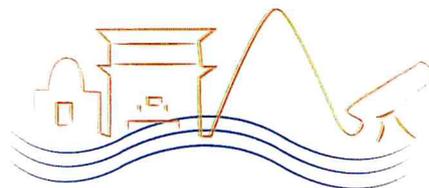
- Saúda todos os militares e cidadãos que, na época, se esforçaram para que Portugal se tornasse uma Democracia Parlamentar. -----

Caso seja aprovada, esta moção deverá ser enviada a todas as Juntas de Freguesias e Assembleias de Freguesias do Concelho de Sintra, à Assembleia Municipal de Sintra, a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Estado Maior General das Forças Armadas, à Associação de Comandos e à Associação de 25 de Abril.»-----

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal David Silva da Bancada do PS que apresentou os seus cumprimentos protocolares. -----

Informou que o voto da Bancada do PS ia no sentido de aprovar a Moção. Disse então que a bancada queria apenas deixar salvaguardada uma pequena nota (até para ficar registada para memória futura) relativamente ao último parágrafo, quando se referia «*considerando que o dia 25 de Novembro foi o dia da implementação de um regime verdadeiramente democrático...*». Recordou que em Portugal há uma data da comemoração da implementação da democracia em Portugal e que essa data era o 25 de Abril, sendo esse o dia em que realmente se funda uma sociedade aberta, uma sociedade tolerante, sem discriminação, com um regime parlamentar pluripartidário, pelo que achava não se poder minimizar de todo uma luta de 50 anos contra um regime autoritário. Reiterou achar que o 25 de Novembro devia ser lembrado e não propriamente comemorado, salientando que, no ver da sua bancada, o 25 de Novembro não era o dia da implantação de um regime democrático, mas sim da normalização ou da confirmação de uma democracia que ao longo do seu processo teve avanços e recuos. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Bancada do CDU, Vogal Fernando Baixinho que começou por dizer que a sua bancada tinha lido a moção e afirmou que tinha algumas inverdades; não eram mentiras, mas inverdades. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Salientou que, na altura do 25 de Novembro de 1975, dizia a Moção «o governo provisório era liderado por Vasco Gonçalves», o que não era verdade, era mentira; afirmando que era Pinheiro de Azevedo. Recordou que Vasco Gonçalves tinha estado de 18 de julho de 1974 a 19 de setembro de 1975 como primeiro-ministro. Referindo a Moção, no que dizia respeito a «os deputados estavam impedidos de sair», era mentira; acrescentando que quem foi impedido de sair foi o governo e que os deputados puderam circular livremente. No que se referia à expressão «esta é a data a que se deve a democracia parlamentar» afirmou ser mentira pois já havia parlamento e o parlamento funcionava. -----

Defendeu que se devia a democracia ao 25 de Abril, tal como tinha dito o Vogal David Silva. -----

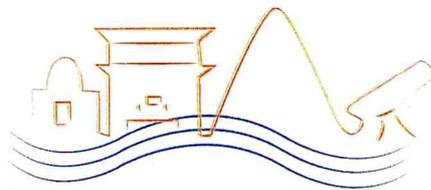
Recordou ainda que esta não era a Assembleia de Freguesia de Massamá e Monte Abraão esta era a Assembleia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão. -----

Concluiu, dizendo que o CDS que apresentava esta Moção, se comprasse um livrinho que dizia assim: «Os homens sem futuro da rede do CDS» e lesse esse livro ia ver quem tinha estado na rede de bombistas também, nos ataques às sedes e não sei que mais... ia ver os ex-comandos; acrescentando que era bom ler o que ali aqui estava escrito para depois saber. Afirmou que a sede do PCP também tinha sido atacada. Disse então que não o emprestaria, pois era um livro muito antigo, mas deu a conhecer o título: *Polícias e Ladrões*. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Bancada do CDS, Vogal Luís Fernandes. Começou por dizer que teria muito gosto se o Vogal da CDU lhe facultasse o livro, oferecendo-se para lhe emprestar alguns livros para também verificar algumas coisas que ali estavam escritas e verificar as inverdades que tinha dito. Afirmou que acima de tudo só questionava a assembleia e disse não via qualquer problema no acerto do texto. -----

Referiu que, no entanto, havia algo que era uma realidade, pois nessa altura era um jovem estudante. Afirmou saber e ter perfeita noção de que tinha sido a partir desse dia, da coragem do general Ramalho Eanes e do Jaime Neves, que se tinha tido a perceção que, de facto, tínhamos um regime democrático a caminho de uma Europa, onde sempre nos integrámos e onde os senhores (dirigindo-se aos vogais da CDU) sempre criaram obstrução à sua entrada. Apelou a que houvesse perfeita noção de que pertencíamos a uma Europa Comunitária a partir do momento em que a partir do dia 25 de Novembro se tinha tido a noção de que se poderia partir de facto para um regime parlamentar sem nenhum obstáculo porque até lá os houvera e muitos. Reiterou que, portanto, tinha-se de ter a noção dos abusos que tinham existido até essa altura e daquilo que se encaminhava para acontecer em Portugal. -----

Dirigindo-se ao Vogal Fernando Baixinho, disse-lhe que também lhe poderia emprestar alguns livros, pois também tinha vários onde o vogal poderia verificar as razões que apontava para o que havia escrito. Sobre as inverdades, admitiu algumas incorreções pela sua humildade e por aquilo que também já tinha percebido que o vogal sabia, e disse estar pronto para retificar o que fosse necessário. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) perguntou ao Vogal Luís Fernandes da Bancada do CDS/PP se iria retificar a Moção por si apresentada.-----

A Bancada do PS sugeriu que fosse retirado o último parágrafo à Moção; e o Vogal Fernando Baixinho (CDU) referiu que a retirada do mesmo não a tornava mais verdadeira, pois estava cheia de incorreções, acrescentando que toda a gente sabia que só tinha havido o 25 de Novembro porque tinha existido o 25 de Abril. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) salientou que tinha havido uma sugestão e o proponente tinha aceite, pelo que iria colocar a Moção 25 de Novembro de 1975 a votação. Solicitou que fosse evitado o diálogo e lembrou que a votação que estava sobre a Mesa era a Moção apresentada sem o último parágrafo: «Considerando que o 25 de Novembro foi o dia da implementação de um regime verdadeiramente democrático em Portugal e que é a esta data que se deve a democracia parlamentar; ». ---

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação a Moção «25 de Novembro de 1975» (ANEXO 1). -----

Votação: -----

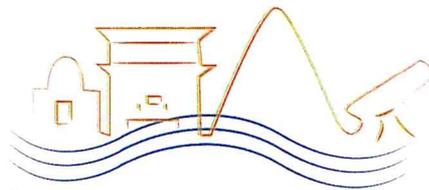
6 Votos CONTRA – (2 BE; 2 CDU; 2 PS - Hussnúbánú Ribeiro e Manuel Salvador); -----

0 Votos de ABSTENÇÃO; -----

15 Votos a FAVOR – (9 PS – restantes vogais; 2 PSD; 3 Vogais Independentes; 1 CDS/PP). -----

A Moção 25 de Novembro de 1975» foi APROVADA por MAIORIA com 15 votos a favor. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Bancada do PS, Vogal Manuel Salvador para apresentar a sua Declaração de Voto e salientou a necessidade de a apresentar por escrito para ser depois anexada à Ata da Assembleia. Disse então que tinha votado contra por vários parágrafos que ali constavam. Afirmou ter estado presente no dia 25 de novembro de 1975 e ter feito parte dos grupos que se opunham à situação anterior; mas que, no entanto, existiam ali algumas incoerências que queria recordar. Referindo-se ao parágrafo «Foi um período muito conturbado, a que se assistiu a nacionalizações, ocupações de terras, de casas e de empresas», disse que como era a favor do que se tinha passado nessa altura: das nacionalizações, das ocupações de terras que eram improdutivas (referindo que de casas não tinha assistido a nenhuma), de empresas que foram ocupadas pelos seus trabalhadores (aliás, como estava a acontecer em algumas empresas), do saneamento de dirigentes e quadros técnicos de algumas empresas que estavam relacionados com o antigo regime; e como tinha assistido a tudo isto, fazia parte da história e ninguém o virava do avesso. Salientou que o que tinha acontecido era verdade e poderia justificá-lo com fotografias e textos escritos na altura. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) recordou o Vogal que deveria no final dos trabalhos entregar à Mesa ou aos serviços de apoio a sua Declaração de Voto (Anexo II). -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Independente Carlos Saldanha para apresentar a Moção dos Vogais Independentes, que passou a ler. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal David Silva da Bancada do PS que revelou concordar com a pertinência do tema, dizendo que vinha na sequência de um conjunto de medidas que o PS vinha a tomar ao longo dos anos no que tocava a fomentar maior transparência, a permitir uma maior aproximação e participação dos cidadãos na vida da freguesia, tendo como exemplos: o Orçamento Participativo (OP) que se estendia agora ao OP Jovem (OPJ), a iniciativa Mini-Presidentes e os diretos por parte do Presidente do Executivo no sentido de informar melhor os fregueses.

Acrescentou que a sua bancada não descartava o facto de poderem existir outras formas de continuar a tentar que a informação chegasse cada vez melhor e que os fregueses estivessem cada vez mais e melhor informados, concordando que a transmissão vídeo *online* era de facto uma das possibilidades. -----

Afirmou que, como dizia o freguês «*Não basta fazer, há que saber fazer*», e considerou que por isso dever-se-ia considerar o documento apresentado sobre duas perspetivas, a do conteúdo e a da forma. Salientou que relativamente ao conteúdo, havia uma série de considerações a ter em conta, nomeadamente para evitar entrar em discussões facilitistas, muitas vezes um pouco demagógicas – do tipo «*isto é muito fácil de fazer, basta estalar os dedos e começar a fazer*». Na realidade, havia ali uma série de considerações a ter em conta, por exemplo, uma avaliação do Regulamento Geral de Proteção de Dados. Exemplificou com o freguês que tinha intervindo, o Sr. Joaquim Simão, provavelmente não se importaria que a sua imagem fosse divulgada, mas que outros poderiam colocar isso em causa, pelo que se teria de considerar como tal se processaria, caso existissem pessoas, até mesmo vogais, que não estivessem disponíveis a dar a sua autorização relativamente à captura de imagens e som em direto, através de vídeo *online*. Salientou ainda que havia questões relativamente ao fazer, pois tinha-se por hábito ter estas AF descentralizadas, salientando que haveria salas que poderiam não ter boas condições acústicas, em que a captação do som ou vídeo não fosse a desejada, o que poderia ter impacto ao nível da operacionalidade e também na própria despesa que iria acarretar e equipamentos a adquirir. -----

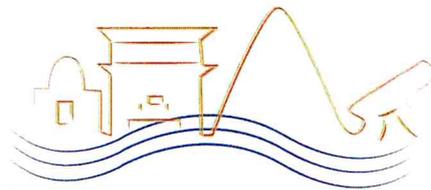
Relativamente às gravações áudio, disse que o documento referia que as mesmas eram públicas, e que não sabia até que ponto isso era verdade. Defendeu que, no entendimento da sua bancada, as gravações eram ferramentas de trabalho para facilitar quem redigia as atas, tanto que assim era que o que ali se votava constantemente eram atas e nunca gravações áudio, portanto aquilo que efetivamente contava em caso de conflito ou de ser necessário confirmar algo que tinha sido dito ou definido eram as atas e não as gravações áudio; pelo que era necessário clarificar, pedir algum tipo de parecer de como era que isto poderia ou não ser realizado. -----

14

Sede: R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá · 2745-872 Queluz ·
Tel.: 21 439 23 31 / 21 438 91 71 · Fax: 21 438 91 70

e-mail: assembleia@uf-massamabraao.pt

Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31 Monte Abraão · 2745-300 Queluz ·
Tel.: 21 437 36 35 / 21 439 08 39 Fax: 21 437 36 60



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

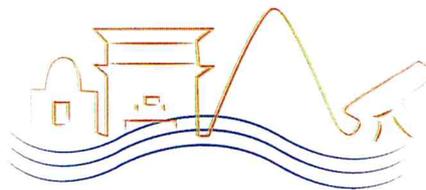
Do ponto de vista da forma, o Vogal defendeu que havia certamente outras formas regimentais de abordar este tema, pelo que achava que abordá-lo como Moção não seria o adequado. Explicou que o que competia à AF era fiscalizar e deliberar sobre as iniciativas do Executivo; acrescentando que estava escrito no documento «*não carece de grande investimento*» e que uma Moção era um documento que tinha uma sequência, a qual sendo aprovada obrigaria o executivo a dar sequência a esse documento. Salientou que esta AF não podia obrigar o executivo a produzir despesa, era o contrário, a necessidade de despesa tinha de vir por parte do executivo, pois era ao executivo que cabia apresentar projetos e respetivas despesas para apoiar iniciativas; acrescentando que à AF cabia deliberar, apreciar e aprovar essas despesas. -----

Referiu que, em consequência, e dado que a sua bancada concordava com a pertinência do tema, estaria disponível para aprovar o documento, caso fosse colocado a votação como recomendação e não como Moção; ou seja a AF iria recomendar ao executivo que ao longo dos próximos meses ou próximo ano esclarecesse a assembleia sobre como era que isto se poderia fazer, quais os custos alocados a este tipo de execução e as implicações do ponto de vista legal sobre as gravações vídeo e áudio. Concluiu que, quando houvesse então um valor ou uma ideia concreta por parte do executivo se debateria e eventualmente aprovaria. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Bancada da CDU, Vogal Albino Filipe que começou por cumprimentar todos os presentes. -----

Começou por dizer que tinha uma questão relativamente à transmissão de vídeo (ou não), a qual também já tinha sido levantada pelo Vogal David. Afirmou ter muitas dúvidas se seria ou não possível a sua implementação dado o novo regime de Proteção de Dados em vigor, o qual de alguma maneira contemplava já este tipo de transmissões. Disse então que, num evento como este em que as pessoas não eram sempre as mesmas, havia pessoas no público (e os próprios vogais nem sempre eram os mesmos), seria difícil antes de se iniciar as sessões obter as devidas autorizações e pôr em funcionamento todo o mecanismo necessário para se receber as autorizações. Referiu ainda que também não sabia se seria muito interessante a divulgação *online* em vídeo. Afirmou que tinha muitas dúvidas de que legalmente fosse muito fácil conseguir esta divulgação, mas admitiu que o Vogal Carlos Saldanha já tivesse estudado o assunto antes de trazer a Moção a discussão. -----

Relativamente ao que o Vogal David tinha dito, sob a forma e sobre uma proposta destas poder vir a ser contemplada no orçamento, não sabia se se estava perante um executivo tão fechado que não aceitasse por parte da assembleia propostas para introdução de outro tipo de despesas; acrescentando que, se tinha percebido bem o que tinha ouvido, parecia que estavam ali apenas para ouvir os documentos e de qualquer maneira validar. Salientou que se o executivo tinha a sensibilidade de ter todos os anos 5% do orçamento para propostas dos fregueses, parecia-lhe perfeitamente aceitável que pudesse existir propostas da AF que pudessem ser pelo menos discutidas neste fórum. Salientou que tinha percebido que o Vogal David dissera que não fazia muito sentido que alguém da assembleia propusesse a introdução de despesa no orçamento e



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

que esta seria mais uma proposta para ser avaliada e o executivo seria quem a executaria. Defendeu parecer-lhe ser possível haver propostas que pudessem ou não vir a ser votadas e que à partida esta poderia ser encaixada neste contexto. -----

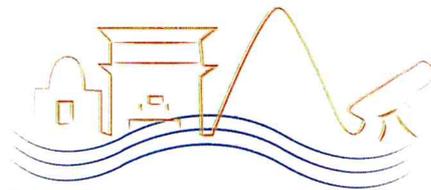
O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) recordou que se estava com 60 minutos no Período da Ordem do Dia e apelou ao poder de síntese dos vogais e deu a palavra à Bancada do PS, Vogal David Silva, que esclareceu que o objetivo de a proposta ser aprovada, não como Moção, mas como Recomendação, era exatamente o de propor, pois o executivo tinha de dar seguimento. Recordou que, sob o ponto de vista legal daquilo que eram as competências da AF, assumir que o executivo tinha de executar despesa, na sequência de uma deliberação deste órgão... defendeu que essa iniciativa tinha sempre de ser da parte do executivo, e a AF aprovava ou não aprovava, apreciava ou não apreciava. Salientou que, portanto, era apenas nesse sentido que dizia que este documento deveria ser votado, e teria a aprovação da sua bancada caso o fosse como Recomendação, para que o executivo pudesse fazer uma proposta, avaliar a proposta, pedir um conjunto de pareceres (para perceber como era que se procederia sob o ponto de vista operacional de tratamento de dados pessoais e afins) e depois dali a um «x» tempo começar e se fosse possível ser trazido à AF e depois a fazer-se então a transmissão online. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Independente Carlos Saldanha que começou por dizer que, obviamente, poderia ser aprovado como Recomendação e que não se opunha nada a isso. -----

Relativamente ao que foi dito, referiu que estava curioso sobre o que iriam dizer sobre esta questão, quais seriam os argumentos, pois para si era algo muito importante, a transparência e aquilo que ali se fazia. -----

No que se referia à proteção de dados, recordou que nunca tinha sido pedida a nenhum freguês autorização para publicar as suas palavras nas atas publicadas *online*. Salientou que estas sessões eram públicas e que antes de as pessoas falarem poder-se-ia perguntar se se importavam ou não e, portanto, as pessoas saberiam ao que vinham e o que diziam. Referiu ainda estranhar pois em Sintra já tinha sido feito, já tinham sido feitas transmissões *online* de sessões em vídeo, em Oeiras também havia. Concordando com a necessidade de cumprir os princípios legais, defendeu que era uma questão de vontade, ou se queria ou não se queria. Concluindo que se se queria então ia-se querer. -----

Relativamente à acústica, boa ou má, ouvia-se, a própria Câmara poderia ligar a um XRL e captar o sinal, pelo que não lhe parecia grave; acrescentando que não percebia o porquê de as gravações áudio não serem públicas. Perguntou então se o que se fazia ali não era público, revelando que pessoalmente não se importava nada que o que ali dizia fosse comentado lá fora, que fosse criticado; enfim... que lhe fizessem comentários. Defendeu que se tinha de caminhar para a transparência e que a UF tinha de divulgar o que ali se fazia e que, se calhar, com isso, as pessoas até iriam participar mais vezes. Concluiu, afirmando que era



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

uma questão simples de transparência, de vontade de fazer a coisa; acrescentando que se havia vontade, votava-se o documento como recomendação e tentava-se que já na próxima assembleia se tivesse isto. Quanto às despesas, recordou que também se pagava a uma pessoa 800€ para escrever as atas, portanto não lhe parecia que isso fosse muito grave. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) pronunciando-se na qualidade de presidente da AF, explicou que por vezes era informado pela redatora das atas que havia lacunas nas gravações e que mediante apontamentos tirados nas sessões e discutidos entre ambos que eram redigidas com fidelidade; salientando que a qualidade da audição estava relacionada com os espaços. Realçou ter sido a primeira vez que fazia uma intervenção na qualidade de Presidente e que considerava que era necessário dar um passo em frente, por isso dava uma opinião porque considerava importante e revelou estar de acordo que fosse uma Recomendação. -----

Tendo os proponentes aceite a passagem de Moção para Recomendação, **O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação a Recomendação apresentada pelos Vogais Independentes (Anexo III):** -----

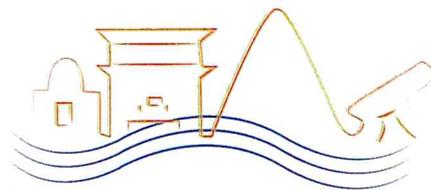
Votação: 21 Votos a FAVOR -----

A Recomendação apresentada pelos Vogais Independentes foi APROVADA por UNANIMIDADE-----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) questionou os vogais se tinham mais alguma questão a colocar antes de se iniciar a Ordem de Trabalhos e deu a palavra ao Vogal Independente Carlos Saldanha que perguntou o que é que tinha acontecido com as iluminações de Natal pois foi algo do conhecimento público e muito comentado, tendo sido apenas colocadas a 10 ou 11 de Dezembro. Questionou ainda se aqueles sentidos únicos no Alto de Monte Abraão iriam continuar assim, pois, sinceramente, aquilo não resultava, não funcionava, os autocarros continuavam a não conseguir passar e era importante repensar aquilo tudo. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Bancada do PSD, Vogal João Paixão, que começou por apresentar os seus cumprimentos protocolares. -----

Disse então que queria apenas apresentar duas notas: uma referente às luzes de Natal, que supunha que tinham sido ligadas tardiamente, que deveriam ter sido acendidas mais cedo, pois também iria ajudar o comércio local; outra, também já referida pelo Vogal Carlos Saldanha, era relativa aos sentido únicos, pois existia agora em Monte Abraão uma avenida, a Av. Do Miradouro, que era agora interrompida praticamente a meio porque não tinha continuação, acrescentando que nos mapas continuava a aparecer como Av. do Miradouro; salientando que quem saía da Av. Afonso Costa a partir do Nº 45 se quisesse ir para os potes de água ou escolas teria de dar a volta à Repsol e ao Centro de Saúde, o que causava um grande transtorno a



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

ly

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

quem por ali necessitava de transitar, pelo que solicitou ao executivo solucionar essa situação, ou seja que desse continuação à Av. do Miradouro. -----

Disse ainda que na Av. Afonso Costa, com a alteração dos sentidos, havia contentores de um lado e do outro, e, o do lado direito de quem descia (Norte) estava solto na via, acrescentando que, por vezes, as pessoas ao colocarem o lixo ou uma rabanada de vento os empurravam para o meio da estrada. Afirmou já ter assistido ao autocarro ter de parar, o condutor sair e recolocar o contentor para poder passar, pelo que solicitou que a JF reparasse essa lacuna. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) para responder às questões colocadas pelos Vogais. -----

Relativamente às iluminações de Natal, explicou que a UFMMA tinha lançado concurso em tempo útil, o qual tinha ficado deserto pelo que tinha sido iniciado um conjunto de contatos no sentido de encontrar uma entidade que pudesse realizar o serviço de iluminação de Natal. Explicou que tinha sido encontrada uma empresa que estava a fazer a iluminação numa freguesia ao lado e que esta se tinha comprometido com a UFMMA para a 1 de Dezembro as luzes serem ligadas, mas que no momento de entrega dos documentos para a assinatura do contrato, essa empresa tinha deixado de atender telefones e responder a e-mails, o que tinha causado um constrangimento; tendo sido necessário retomar o processo para encontrar uma nova entidade que o fizesse. Salientou que tinha sido por essa razão, por normas da contratação pública, que só tinha sido possível ligar as luzes no dia anterior. Explicou ainda que tinham tido também um problema com a EDP, que não tinha facilitado nada e que durante três dias os serviços da junta travaram uma luta para resolver o problema. -----

Relativamente aos sentidos únicos no Alto de Monte Abraão, explicou que a criação de sentidos únicos não tinha na primeira fase como objetivo criar lugares de estacionamento propriamente dito, mas sim o de legalizar o estacionamento que já era existente nas faixas de rodagem. Explicou que havia zonas com duas faixas em que o estacionamento que se fazia numa delas e era considerado ilegal; acrescentou que numa segunda fase, que não tinha sido materializado (mas que já tinha ido a reunião de Câmara e já tinha sido aprovado na última reunião da CMS), um conjunto de obra física no terreno para se perceber, adaptar e fazer alguns ajustamentos, nomeadamente coordenar esta implementação de sentidos únicos com o caderno de encargos que está para ser lançado (o da intervenção no talude da Afonso Costa e da Ribeiro Sanches). Salientou que iria criar estacionamento nessa zona, também com a questão da Av. do Miradouro (referida pelo Vogal João Paixão), a qual necessita de intervenção porque no estado em que estava não aguentava uma carga significativa de automóveis e por isso a transição e circulação estavam meio confusas. Referiu que essa necessidade de intervenção na Av. do Miradouro, o projeto da Afonso Costa e a criação de lugares de estacionamento no Alto de Monte Abraão tinham sido aprovados na última reunião de câmara, o que iria permitir criar cerca de oitenta novos lugares nessa zona, pelo que com a materialização dessa obra iria ser feitos ajustes. Realçou que, não querendo personalizar a Rua, em concreto, explicou que havia ali um

h

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

troço na rua em que o vogal residia que iria passar a ter dois sentidos, acrescentando que, por isso tinham sido colocados os balizadores flexíveis, para ser possível fazer esses ajustes. -----

Explicou ainda que, paralelamente a tudo isto, estava a ser desenvolvida pelo Departamento de Projetos da Câmara a criação de duas bolsas de estacionamento no terreno em frente à loja chinesa na Rua João Pina de Gouveia e nos terrenos paralelos às hortas comunitárias que viriam a ter cada um 70 a 80 lugares de estacionamento. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu por aberto o PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS com o Ponto 1. Informações. Informou que o Presidente da Mesa da Assembleia este presente em vários eventos de carácter associativo, religioso e desportivo em representação da Assembleia como de costume. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) perguntou ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) se queria reformular alguns pontos da OT. -----

O Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) sugeriu que, com a concordância dos vogais, que os Pontos 2, 3 e 4 fossem discutidos em conjunto e a sua votação em separado, pois o Mapa de Pessoal estava ligado com o Orçamento; acrescentando que depois poder-se-ia discutir os Pontos 5, 6, 7 e 8 também em conjunto com a votação em separado e que os demais pontos seriam cada um deles discutidos separadamente. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) questionou os vogais da assembleia sobre a admissibilidade da proposta apresentada pelo Sr. Presidente do Executivo. Não tendo havido oposição, abriu a discussão aos Pontos: -----

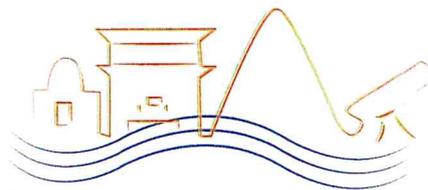
2. Apreciação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020; -----

3 – Apreciação, discussão e votação referente à Autorização Prévia Genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais; e -----

4– Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2020. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás). Começou por afirmar que a Apresentação das Grande Opções era um marco importante na vida da comunidade e que os números ali apresentados representavam políticas e ações que não se resumiam a um plano anual ou apenas a uma política local. -----

Salientou que o Orçamento, ali em discussão, dava a perspetiva de um passado recente de um presente e de um futuro de políticas que vinham a ser seguidas. Referiu que este era já o sétimo orçamento,



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

9

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

mas que de todos os já apresentados seria o mais condicionado pelo processo judicial, pois a autarquia teria de pagar um valor indemnizatório pela privação de uso de um terreno em Monte Abraão no período compreendido entre Maio de 2010 até à data da sentença; mas, apesar disso, era apresentado um orçamento com uma dotação prevista de 2,6 milhões de euros, onde constavam as interações quer do lado da receita quer do lado da despesa. Acrescentou que, tal como em anos anteriores, tentavam apresentar um orçamento rigoroso, sério e que refletisse aquilo que desejavam executar. -----

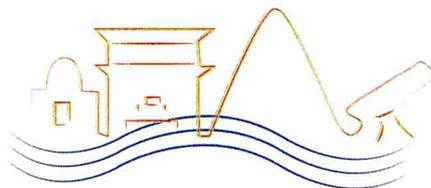
Afirmou que com este princípio tinham concretizado um conjunto de ações que viam ao momento consolidadas e implementadas, quer na melhoria do espaço público, quer na melhoria dos apoios sociais, na dinamização do comércio local e na procura incessante de novas soluções face a novos desafios para uma comunidade que se pretendia mais participada e envolvida na gestão local. -----

Salientou que o orçamento apresentado continuava esse caminho: o da valorização das pessoas, da economia local e do território. Afirmou que, para tal, apostavam de uma forma contínua na melhoria do funcionamento interno para melhor servir o cidadão através da modernização administrativa e dos meios disponíveis capazes de alcançar a excelência que diariamente pretendiam atingir. Realçou que, paralelamente e, segundo os registos dos anos anteriores, se assistiria ao reforço do quadro de pessoal dotando a autarquia de seis novos trabalhadores para fazer face às competências próprias e delegadas. ----

Afirmou que o executivo queria continuar a aposta na democracia participativa, fomentando a participação dos cidadãos através da continuidade de projetos: como o OP e os Mini-Presidentes, por um lado; e por outro, criando ferramentas, como o OP Jovem, iniciado no final de 2019. Salientou que o executivo também pretendia que esta ação participativa se centrasse na via pública de acordo com o investimento em Parques Urbanos, na melhoria da mobilidade pedonal, na requalificação de recintos polidesportivos; mas considerou igualmente relevante a promoção e concretização de projetos associados como o Parque Inclusivo; salientando que tudo isto seria para usufruto de uma comunidade que tinha vindo a registar um aumento dessa oferta no espaço público. -----

Disse ainda que, para além do investimento, o executivo tinha como intenção desenvolver novas iniciativas que estimulassem hábitos de vida saudáveis através do desporto, apostar no património e na história local, pois considerava serem também fatores importantes para promover um sentimento e cada vez mais criar uma identidade local, conhecendo as nossas origens e história. -----

Prosseguiu, dizendo que havia como objetivo estabelecer novas parcerias com vista a alargar o âmbito e a colaboração junto do comércio de forma a criar condições para promover a sua capacitação ao mesmo tempo que pretendia iniciar um conjunto de medidas e iniciativas como: o *site* colaborativo, a desmaterialização do Cartão Freguês (CF) ou até mesmo eventos vocacionados e focados para o comércio local que ligassem cada vez mais as pessoas à sua economia local. Salientou ainda que a Economia Local passava também por ter um espaço de *coworking* a funcionar no próximo ano, dando cumprimento a um objetivo estabelecido pela JF. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Reiterou que o executivo queria (porque assim tinha sido!) percorrer o caminho da sustentabilidade ambiental, nomeadamente no reforço de ações de sensibilização e na concretização de medidas promotoras de boa gestão de um recurso natural tão precioso: a água, utilizada no espaço público.

Salientou que o ano 2020 seria um ano de novos desafios e oportunidades; realçando que com o processo de descentralização em curso, aguardava a concretização do mesmo para alargar competências e servir melhor a freguesia. Afirmou que os mais críticos diriam que se podia fazer melhor, mas todos nós ambicionávamos fazer melhor mesmo, mas que, no entanto, a prudência e o bom senso a gerir o dinheiro que não lhes pertencia, devia levá-los também a concretizar e a apresentar ideias que garantissem a sua exequibilidade para que a comunidade se sentisse valorizada naquilo que eram os compromissos estabelecidos. Realçou que pesasse embora esse cuidado, olhar-se-ia sempre para aquilo que era novo neste tipo de documentos, mas que não se devia marginalizar aquilo que já existia e a forma como era mantido e reforçado. -----

Por fim, deixou uma palavra de agradecimento a todos os funcionários que diariamente davam o seu melhor e que eram também eles os responsáveis pela implementação das políticas ao longo dos anos. -----

Concluiu, afirmando que este orçamento era mais uma etapa no caminho da valorização das pessoas, da economia local e do território que vinha a ser percorrido na freguesia. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Fernando Baixinho da Bancada da CDU. -----

Começou por dizer que relativamente Orçamento havia muitas coisas a explicar. Perguntou como era que se iria pagar a dívida do processo Servinova, pois o que lhe parecia no documento era que se iria vender o edifício. Admitindo ficar sem as instalações da Junta, questionava-se sobre qual seria o valor da renda e qual seria o saldo da dívida. Realçou que no Orçamento, o pagamento da dívida vinha como serviço bancário, o que parecia incorreto à sua bancada. -----

Referindo que existia no documento um novo investimento num *site* («*um site outra vez! Mais um site da Junta...*»), deixou no ar que haveria então mais espaço para a publicação das reuniões da assembleia tal como o Vogal Carlos Saldanha tinha preconizado. Salientando que nas contas da Feira aparecia um novo serviço, perguntou o que era. Relativamente aos Serviços de Consultadoria e Projetos realçou que os valores vinham sempre ao aumentar. -----

Referiu ainda que, relativamente às Grandes Opções do Plano: -----

– Havia algum trabalho feito na recolha de monos, mas que estava longe de ser perfeito;
– Existiam túneis em Massamá, «os conflituosos», que estavam um bocado degradados: o do Shopping, o da Fernando Ribeiro Leitão que estava sujo (realçando que se tratava daquelas situações privado-público) mas que era necessário intervir por estar enquadrado na higiene pública. -----

Relativamente à Autorização Prévia, reiterou que a sua bancada normalmente só concordava em fazê-la quando era indispensável, não o fazendo nos moldes apresentados; salientando que já tinha aprovado

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

uma, pois tinha a indicação do que se tratava; acrescentando que desta vez não tinha indicação do que se passava. Reiterou que cheques de cento e tal mil... a sua bancada não passava. -----

No que se referia ao Mapa de Pessoal, disse que se via que ia aumentar, que havia um maior investimento no mesmo, mas que havia ali uma situação que preocupava a sua bancada era que em 37 funcionários, 7 eram técnicos superiores, salientando que ia entrar mais um técnico superior para a comunicação, ficando (pelo que lhe parecia) com dois técnicos superiores nessa área. Reforçou que achava que já havia técnicos a mandar nos técnicos. Acrescentou que não se tratava de não reconhecer a necessidade de aumentar o quadro, mas que o que lhe parecia era que apenas existiam dez assistentes operacionais e depois técnicos superiores existiam 7, além de outros técnicos em outras áreas. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha. -----

Relativamente ao Orçamento e ao Mapa de Pessoal apresentados disse ter dúvidas que gostaria de ver esclarecidas, bem como alguns comentários a fazer. -----

Relativamente às Grandes Opções do Plano – referindo que havia coisas que já vinham de anos anteriores – disse que constavam ali coisas que iriam ser feitas, as quais já tinham constando de Orçamentos anteriores, por exemplo o Parque de Lazer na Afonso Costa (que já vinha desde 2017 e tinha entrado nos Orçamentos de 2018/2019). Disse acreditar que se aproximando as eleições... lá seria feito ou pelo menos começado. -----

No que se referia ao Orçamento, e em relação ao que fora dito pelo Vogal Fernando Baixinho sobre o Mapa de Pessoal, afirmou ser das pessoas que defendiam o aumento de número de pessoas ao serviço da freguesia, mas que gostaria de ver a transposição disso relatada no Orçamento, ou seja, aumentar-se o custo com o Pessoal; contrapondo que, entretanto não havia uma redução dos custos com serviços, nomeadamente com a Assessoria de Comunicação, pelo que se via aumentar o pessoal, mas também algumas despesas com consultorias, comunicação e uma série de outras coisas. Afirmou que se se contratavam pessoas dever-se-ia ter a capacidade de fazer esses trabalhos internamente. -----

Disse ainda achar elevado o valor que estava apresentado para a iluminação de Natal para aquilo que depois era apresentado. Considerou que as iluminações de Natal poderiam ser melhores se fosse feita uma outra opção, se calhar, no investimento na compra de materiais e fazer-se a internalização deste processo que poderia ser desempenhado pela junta. Salientou que já há alguns anos se gastavam cerca de 20 mil euros nas iluminações de Natal (salientando que nem estava a falar do problema sucedido no presente ano, que poderia acontecer a qualquer executivo), mas que achava um valor elevado para aquilo que depois se via concretizado nas ruas. -----

Referiu ainda que se observava um claro aumento nas áreas da informática, na assistência técnica a *software* de equipamentos, o que considerou ser um aumento muito elevado, pois no ano anterior tinham cerca de 11 000€ (onze mil euros) e este ano iria ser de cerca de 50 000€ (cinquenta mil euros). Salientou

5

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

que gostaria ainda de perceber o que se passava com o Jornal Acontece, pois no presente ano tinham sido publicadas três edições (duas no último trimestre e uma em agosto ou setembro; N.ºs 12, 13 e 14) e que na Informação Inscrita do Sr. Presidente estava descrito um gasto de 18 000€ com o jornal (salientando que o ajuste direto feito tinha sido de dezoito mil euros); realçando que se tinha gasto mais em duas edições do que aquilo que tinha sido orçamentado para as edições todas do ano 2019, que era de cerca de 15 mil euros. Realçou que não tendo presente os ajustes diretos feitos anteriormente, tinha as do último trimestre que estavam na publicação da Informação escrita e depois estranhava porque ainda baixava para 2020 (11 935€), o que considerou serem valores que não lhe faziam sentido. Afirmou que não percebia porque se tinha gasto mais em duas edições do que aquilo que estava orçamentado para o ano inteiro. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Luís Fernandes da Bancada do CDS que começou por dizer ao Sr. Presidente do Executivo que considerava aquele orçamento desafiador. Salientou que se estava a meio do mandato e, de facto, achava que era importante que houvesse ali uma dinâmica (a qual tinha sido indicada pelo executivo no início do mandato) e que estava na altura e seria importante que a população da freguesia começasse a notar que essa dinâmica e proximidade aconteciam de uma maneira sistemática e não pontual. -----

Realçou que o dizia, de forma global e não detalhada – porque como costumava dizer, era importante ter uma visão de «helicóptero» (por cima) –, porque quando se falava em limpeza urbana, em sustentabilidade e, quando se falava em mobilidade, tinha de se ter a noção de que era importante ter uma visão de grandes áreas, que no caso das autarquias e, nomeadamente da UFMMA (era preciso não esquecer que esta freguesia era maior que muitas das cidades do país, com a responsabilidade que isso trazia, mormente na gestão das várias etnias, das diferenças sociais existentes, da problemática urbana face ao contexto do próprio concelho de Sintra nas suas múltiplas realidades), particularmente em Massamá e Monte Abraão que se revelavam ali (a meio do mandato) e havia coisas importantes a realçar. -

Prosseguiu, afirmando que via que a questão da sustentabilidade, da limpeza urbana, a da mobilidade e a da segurança, eram questões que, embora reconhecesse que estavam vertidas no orçamento apresentado, na verdade careciam de algumas dinâmicas de maior proximidade com a população, até para esta sentir que a autarquia local (neste caso freguesia e até a própria câmara) desenvolvia um trabalho, pelo que devia verter ações para que as pessoas notassem que havia progressão naquilo que era qualidade de vida nos seus territórios. Confessou que poderia parecer um discurso redondo, mas que não o era. Explicando que não o era porque se sentia e se falava, de facto, que havia muitos temas que afetavam a nossa freguesia que necessitavam de ideias, de soluções e de trabalho. Disse ainda que, tentando fugir a uma questão (pois já uma vez o Sr. Presidente o havia acusado de ser muito popular... popularucho), aquilo que já tinha transmitido ao Sr. Presidente do Executivo (quando este tinha tido oportunidade de se reunir consigo), era que, na verdade, era importante que acontecesse algo, que os autarcas deviam ter ideias para que se

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

concretizasse algo nestes vetores, que na verdade acontecessem ações importantes. -----

Disse então que falava, por exemplo, da recolha dos resíduos sólidos urbanos e da limpeza urbana. Salientou que, face ao erro que a CMS tinha cometido (aquando da mudança efetuada), face às reclamações e aos custos acrescidos (recordando que se pensava reduzir custos e que estes tinham aumentado, o que estava provado nos números), era notório um esforço das juntas, mas que este tal como o Vogal Fernando Baixinho tinha referido, não era suficiente pois continuava a haver défice na recolha e num sector importante da limpeza: na própria varrição das ruas da freguesia. Acrescentou que era visível que em muitas ruas da nossa União de Freguesias faltava esse rigor e, se não era da responsabilidade da freguesia fazê-lo, era pela menos da sua responsabilidade: alertar para a importância de o fazer. Realçou que ele próprio já tinha visto pessoas a limparem e a tirarem as ervas dos passeios na zona onde moravam, o que não lhe parecia correto. Asseverou que havia ali uma atitude que tinha de mudar; acrescentando que a primeira coisa que as pessoas pensavam era que era a JF que não o fazia. Recordou que ele próprio vinha a alertar para o facto de que a JF tem a obrigação de alertar o responsável (o SMAS de Sintra) para o fazer, mas o que era um facto, era que ao fim de dois anos isso não acontecia; Apelou para que, pegando no ponto do erro (que tinha sido a mudança radical por parte da CMS relativamente a recolha de resíduos e limpeza urbana), fossem, os autarcas, membros da junta de freguesia, a alertar o executivo para que tal pudesse vir a ser retificado e pudesse vir a ser concretizado. -----

Relativamente à sustentabilidade (recordando tratar-se de um tema pelo qual tinha muito apreço, tal como era do conhecimento do Sr. Presidente do Executivo), aproveitou para congratular o executivo pelo recebimento de um prémio junto de uma associação (da qual tinha feito parte com muito orgulho). Afirmou que a JF tinha sido um exemplo e que se congratulava com isso e com mais meia dúzia de freguesias do concelho de Sintra; salientou que o receber esse galardão, não sendo uma concretização era um princípio, mas também era uma responsabilidade: a concretização de políticas de redução de água e de energia e, portanto, de sustentabilidade. Defendeu que não era com políticas de descida de IVA (como dizia o Sr. Primeiro Ministro) que se consumia menos, porque isso, de facto, nem era possível concretizar e essencialmente era uma coisa que «*não lembrava ao diabo*», mas isso seriam outros vetores da discussão. -

Em relação à questão da Servinova, disse que lhe tinha sido explicado pelo Sr. Presidente do Executivo o que se tinha passado, e que lhe tinha pedido que, com o rigor e a precaução que otinha feito, fosse também explicado a esta assembleia para que pudesse ter uma noção do que isto tinha trazido à JF de condicionantes, no que respeitava relativamente às suas captações financeiras, o que era que podia reverter de dificuldades e também em termos de património. Salientou que seria de bom-tom que todos pudessem perceber, em que ponto se encontrava a situação. Disse então que, não voltando aos fantasmas do passado, mas sublinhando uma questão importante, o CDS considerava que a responsabilidade principal desta situação tinha partido do SMAS da altura e não de quem estava na JF, pois no seu entendimento e no do CDS, tinha feito aquilo que considerou ser uma disponibilização de algo para que se qualificasse o território. Disse

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

entender que o SMAS da altura tinha sido o responsável (realçando que sabia bem quem lá estava e como era composto o Conselho de Administração... porque sabia que forças políticas lá estavam, uma delas até era a sua!), e considerou que a eles se devia o primeiro erro, o qual tinha culminado com uma condenação da JF, que considerou extremamente injusta. Sublinhou que, perante aquilo que tinha tomado conhecimento e os documentos que lhe tinham feito chegar, achava que a JF continuava a ser muito injustiçada e o SMAS que deveria ser penalizado não o tinha sido. -----

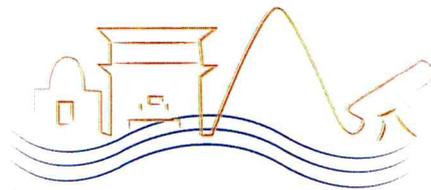
O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal José Barroso da Bancada do BE que começou por apresentar os seus cumprimentos protocolares a todos os presentes. -----

Começou por dizer que a sua bancada dava muita importância a um assunto já ali levantado, e que esperava que a recomendação aprovada viesse a dar frutos, pois tinha a ver com a transparência e com a divulgação destas assembleias, o que também estava consignado; salientando que tudo o que fosse para alargar a sua divulgação nas redes sociais nos sites da junta e de todas as formas, o BE dava um elevado valor pois era fundamental trazer as pessoas às assembleias e estas só vinham se soubessem da sua existência e tendo conhecimento do que nelas se passava. -----

Disse ainda que, algo que era também fundamental para a sua bancada, e que era um dos principais problemas da União das Freguesias, era a questão (já ali levantada por quase toda a gente) da recolha de resíduos sólidos, da higiene urbana e da varrição. Salientou que a nova competência, delegada pela CMS à Junta desde o ano passado, relativa à recolha de monos e não só (mas assim conhecida) tinha vindo a trazer uma ação positiva. Afirmou que o BE reconhecia esse impacto positivo na situação complicada e um pouco caótica existente (a que o SMAS não conseguia dar respostas), mas que tinha a sensação de que o SMAS tinha de dar uma resposta mais forte, pois a situação continuava complicada. Disse pensar que os próprios meios que estavam no contrato interadministrativo de cooperação teriam de ser reforçados, pois que os recursos da JF estavam a ser muito empenhados. Salientou que as 103 toneladas recolhidas denotavam um enorme trabalho e grande empenhamento das pessoas da junta, mas reiterou que teria de ser reforçado. -----

Disse ainda que a sua bancada lamentava, mas tinha esperança que se alterassem os muitos pontos que tinha achado ser os mais importantes dos cortes de 2018 e depois de 2019 e que apareciam novamente em 2020, como por exemplo, o ainda não terem sido implementados: o *coworking*, o parque infantil e o parque inclusivo; mas que queria acreditar nos planos do executivo. Salientou que desejava que fossem implementados no presente ano, pois considerava que estes três pontos eram extraordinariamente importantes para uma nova dinâmica da comunidade. -----

Considerou ainda que outros pontos, considerados para os golpes de 2020, como o envelhecimento ativo da população, a promoção de estilos de vida saudável, a sensibilização das pessoas para as questões da proteção civil, da mobilidade e do comércio local eram igualmente importantes. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Relativamente ao comércio local, o qual já ali tinha sido bastante debatido, considerou ser muito importante um empenho especial, pois estava a sofrer um impacto muito negativo. Afirmou que, o que era curioso, era que quase todos os que tinham falado tinham razão, e que, se havia um papel que tinha de ser desempenhado pelas autoridades locais, centrais e pelas juntas de freguesia, outros teriam de ser desempenhados pelos próprios comerciantes. Realçou ainda que se se perguntasse quem de ali recorria ao comércio local, se calhar, as respostas não seriam muito simpáticas. Salientou que, de facto, o comércio local tinha de ser apoiado e que, se calhar, tinha de se arranjar um concurso de ideias. -----

Congratulou-se com a continuação do OP e nomeadamente com o lançamento do OP Jovem. Acrescentou ainda que o BE nunca perdia de vista uma questão fundamental para si: as condições de trabalho e vínculo de trabalho de todos os funcionários da UF para que não existissem situações de precariedade e para que elas fossem, no mínimo, o mais transitórias possível, sendo que para todas as situações consideradas mais necessárias e permanentes deveriam ser estabelecidos vínculos sem fim. -----

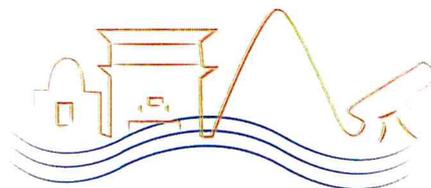
Referindo-se à ação social da junta, considerou que esta vinha a desenvolver um papel bastante aceitável e bom e que deveria ser reforçado porque, infelizmente, cada vez mais, havia muitas situações sociais que exigiam acompanhamento: os idosos, as camadas mais desfavorecidas, e com a integração dos emigrantes, a promoção da interculturalidade das nossas freguesias. Disse ainda pensar que seria muito importante fazer-se pressão junto da CMS para algo que considerava absolutamente fundamental e estruturante: o aumento da rede pública de creches e infantários. Considerou que, de facto, existia uma carência enorme e que a população sofria bastante com isso. Salientou ainda que, nesta área, seria importante existir o levantamento de pessoas com dependências e idosos que habitam sozinhos para haver um maior acompanhamento dessas pessoas. -----

Sobre o Orçamento, salientando que falar por último tinha prós e contras (pois já quase todos lhe tinham tirado as palavras e colocado muitas das perguntas que ali tinha para fazer); disse que gostaria de esclarecer uma questão, mais por curiosidade: o porquê da existência de uma alínea na receita «Donativos Diversos» com 43 mil euros; pois habitualmente tinha um valor residual, mil a dois mil euros. -----

Relativamente à cafetaria 2 de Abril, disse saber da existência de um projeto para a recuperação da mesma, e que, portanto, já ali estariam designados como receita os 8400 euros, perguntando se isso significaria que se esperava que ainda em 2020 houvesse uma ocupação do espaço e, portanto, o recebimento de uma renda. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal David Silva da Bancada do PS. -----

Começou por dizer que este Orçamento preconizava um caminho que tinha sido iniciado não havia dois, mas sim, seis anos, um caminho assente em três eixos fundamentais: a valorização das pessoas, a valorização da economia/comércio local e a valorização do território/espaço público. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

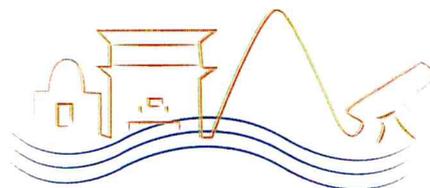
Salientou que este era um orçamento que apesar de algumas vicissitudes, em particular a recente sentença já focada pelos vogais da CDU (a qual imputava à UF o pagamento de uma indemnização, que rondava cerca de 10% do orçamento anual da junta, por factos ocorridos havia cerca de 10 anos), não se desviava daquilo que eram os seus objetivos, nomeadamente dos compromissos assumidos com a população em 2017. Em nome da sua bancada, saudou ver concretizado um conjunto de medidas, ações e projetos que visavam dar resposta aos desafios do presente, mas que visavam também preparar o território e a freguesia para desafios futuros. Realçou que, na verdade, achava que isso se prendia com uma boa gestão autárquica, o perceber que mudanças estavam a ocorrer e de que forma iriam impactar ou não o território dali a meia dúzias de anos e de certa forma começar a preparar o caminho, não só o presente, não sendo só sendo reativo, mas também proativo. -----

Prosseguiu, dizendo que gostaria de realçar ainda alguns projetos, embora alguns deles já ali tivessem sido enunciados pelo Vogal da Bancada do BE. Salientou que a conclusão do Parque Inclusivo (que iria trazer justiça importante a uma franja da população) seria concretizada e, por muito que se falasse nas redes sociais, por muita desinformação que andasse a circular, o Parque seria uma realidade em breve. Salientou ainda que a conclusão do Parque Urbano em Monte Abraão era uma boa notícia. Recordando que o Vogal Carlos Saldanha tinha referido havia pouco que já vinha sendo falado desde 2017, era um equipamento que tinha sido prometido durante décadas e que, tendo feito parte do programa eleitoral de 2017, estava-se nesse momento a meio do mandato e iria já ser uma realidade, ao contrário de há cerca de 20 anos em que tinha sido falado, conversado e prometido, e até ao momento, nada tinha acontecido, pelo que achava que esta era uma excelente notícia. -----

Congratulou-se com a concretização do espaço de *coworking*, um equipamento importante que iria dar um novo dinamismo à malha empresarial da UF, com um novo espaço para criar, para pensar, para idealizar, nomeadamente para os mais jovens. Salientou que, por norma, as coisas tinham de ser vistas à escala, mas quem saberia se não sairia daí uma ideia ou uma semente para uma empresa que viesse a ter impacto a nível nacional ou internacional, defendendo que era um espaço que permitiria dinamizar não só a parte do OP Jovem, mas também dar condições aos mais novos, que tinham mais ideias, e eram mais criativos e assim trazê-los à freguesia e permitir-lhes que trouxessem também mais ideias e projetos. -----

Relativamente ao reforço do Mapa de Pessoal, defendeu que esse era o caminho, o permitir o alargamento de recursos que visavam também dar melhor respostas aos desafios do território. -----

No que se referia à recolha dos resíduos sólidos urbanos, nomeadamente na questão dos monos, disse achar que tinha havido um conjunto de constrangimentos, mas que tinha havido um melhoramento real nos últimos dois meses. Informou que usava muito uma plataforma «O Meu Bairro», que não sabia se muita gente conhecia, nomeadamente as pessoas que estavam no público. Salientou que por várias vezes tinha feito a comunicação de que havia monos junto ao caixote de lixo X e que duas a três horas depois a junta os retirava. Salientou que este era um trabalho que devia ser feito pelo SMAS e pela junta, mas também era responsabilidades dos moradores de denunciar na Plataforma «O Meu Bairro», salientando que esta



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

g

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

funcionava muito bem e que ainda era pouco conhecida e utilizada. Deixou o desafio a todos para que dessem o seu contributo e usassem a aplicação que tinham ao seu dispor e funcionava de forma extremamente eficaz. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal João Paixão da Bancada do PSD. -----

Relativamente às Opções do Plano, observou que a zona envolvente aos terrenos em frente ao Shopping Chinês e à Rua António Nobre não vinha referida no Plano, perguntando então se no Plano iria ser contemplada a sua intervenção. Recordou que estava a falar dos terrenos que estavam cedidos ao JOMA e que agora tinham voltado para a CMS, questionando qual era a situação desses terrenos, pois era necessário beneficiar aquela zona com parques de estacionamento que tanta falta faziam. -----

No que se referia ao Parque de Lazer em Monte Abraão, entre a Av. Afonso Costa e a Rua Ribeiro Sanches, perguntou se era verdade que seria este ano que iriam começar essas obras; afirmando saber que era uma intenção, mas que essa intenção já existia desde 2017. -----

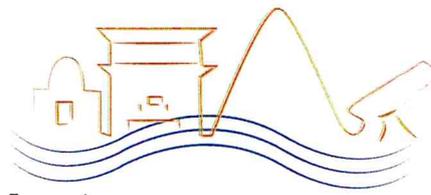
No concernente ao Orçamento, perguntou se o valor gasto nas iluminações de Natal se referia a material e equipamento ou se eram alugadas, pois se era alugado, se calhar, comprando o material e a junta colocando, não haveria o problema das empresas falharem. Referiu ainda que via ali uma verba de 500 euros para os cabazes de Natal, pelo que perguntou se eram assim tão poucos. Afirmou que antigamente a verba era um bocadinho maior e questionou o porquê deste valor. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha. -----

Começou por dizer que gostaria de chamar à atenção para um valor indexado ao SMAS, pois devia ser um lapso de digitação ou uma gralha (na Pág. 24 – 02.02.01.02) pois aparecia o valor 100 nas despesas.

Relativamente ao proferido pelo Vogal David Silva, disse que também ele gostava de fazer política e, portanto, compreendia que o tivesse de fazer, mas que já não compreendia quando o vogal dizia que iria ser realidade, pois tinha as suas dúvidas, uma vez que já estava orçamentado desde 2017 e ainda não tinha sido concretizado. Realçou que já se sabia que as coisas se tornavam realidade em anos de eleições; acrescentando que até ao momento, em seis anos, o que se tinha tornado realidade era uma ciclovia e que essa devia ser uma grande prioridade porque em termos de obras... -----

Disse então que o Sr. Presidente gostava tanto de falar do passado, mas que em termos de passado... tinha sido feita uma obra que era prioritária em Massamá, um Centro de Saúde como devia ser, confidenciando que gostaria de ter um em Monte Abraão também. Recordou que havia milhares de pessoas sem médicos de família e que isso deveria ser também uma preocupação de todos, vogais e executivo: lutar para que essas lacunas fossem supridas, que não o eram. Salientou que se continuava no mesmo havia seis



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

anos: obras como as que deveriam ser, poucas tinham sido realidade, não se tinham feito obras prioritárias e as coisas tinham-se vindo a agravar. -----

Recordou que já se ali tinha falado de aquando da mudança da recolha do lixo para o SMAS (que tinha sido o caos que se vira) e que se continuava mergulhado nessa coisa estranha de tropeçar no lixo quando se andava nas ruas e na falta de limpeza dos passeios e das estradas. -----

Salientou ainda as questões de mobilidade e os maus transportes públicos que a freguesia tinha e de que estava mal servida. Defendeu que isso sim, eram coisas importantes. Afirmou que quando falava do golpe que estava desde 2017, a sua preocupação era sempre a mesma, a de que se fazia política com os dinheiros públicos, pois andava-se três anos a lançar concursos, a prometer, e depois chegava o presidente e dizia «agora vai ser realidade», salientando que o iria ser pois estava-se em anos de eleições, tal como outras obras que só em anos de eleições é que tinha sido feitas. Afirmou que isso tinha de ser dito, era política. Defendeu que as coisas tinham de ser feitas em continuidade. Referindo que tinha sido dito que este orçamento era a continuidade, realçou que não havia continuidade porque as coisas eram feitas... naquele aninho. Afirmou que já tinham percebido isso e recordou que havia outros problemas que tinham de ser resolvidos. Reforçou que era verdade: era uma questão política e de prioridades da JF, mas que gostava de ver a preocupação da bancada do PS com outros assuntos, com a falta de médicos, a falta de auxiliares de ação educativa (que era tremenda). Asseverou que os nossos filhos não estavam em segurança nas escolas, o que considerou grave e, por isso, trazia estes temas à assembleia. Garantiu que não vinha para ali fazer política e dizer que agora iria ser realidade, afirmando que já se sabia que em anos de eleições havia muita coisas que iria ser realidade. Defendeu que, em verdade, se queria ver outras coisas que deveriam ser prioritárias e que não o eram. Afirmou que tinha falado nessa obra que estava projetada há várias anos, que tinha estado para ser concretizada e que já estava em plano desde mandatos anteriores, era verdade, defendendo que só não tinha sido concretizada porque tinha havido outras prioridades: um centro lúdico para construir (também é uma obra), um Centro de Saúde. Disse que gostaria de ver outro discurso, outra coisa que não fosse só retórica e demagogia política. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal David Silva da Bancada do PS. -----

Relativamente ao talude de Monte Abraão, disse ter referido dois anos porque assim o era de facto, pois este projeto não fazia parte do programa eleitoral nem do mandato anterior. Relembrou o vogal que fosse verificar no mandato de 2013/2017, pois não constava o projeto, referindo que nessa altura tinham sido requalificados todos os parques infantis da freguesia, e vários espaços verdes, uma série de passeios e eixos de mobilidade suave. Disse então que, falando de saúde, falando de coisas que não eram da competência da junta, e de coisas que já tinham sido feitas e estava a decorrer, haviam já feitos: oito novos centros de saúde no concelho, havia um projetado para Belas, que iria retirar a Monte Abraão uma série de utentes que para lá iriam transitar. Realçou que era verdade que tinha sido feito o CS de Massamá e que

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

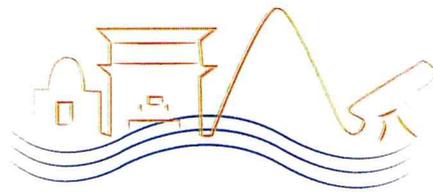
ainda bem que tinha sido, como era óbvio. Reiterou que, relativamente ao Projeto do Talude de Monte Abraão em concreto, que iria dar a Monte Abraão uma nova centralidade, um espaço de espaço verde prometido durante décadas e que não tinha sido prometido nem feito parte do plano eleitoral do mandato anterior, apenas em 2017, salientou que se estava a meio do mandato e estava-se já a falar da sua concretização. Recordou que nada acontecia da noite para o dia. Recordou que tudo demorava o seu tempo e disse que concordaria se o vogal lhe dissesse que do ponto de vista burocrático havia uma série de entraves e que, a seu ver, esse era um dos maiores problemas dos que tínhamos em Portugal, a burocracia.

Concluiu, recordando que este projeto tinha sido prometido em programa eleitoral em 2017, que se estava em 2019 e, até ao final do mandato, seria uma realidade. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha que em resposta ao Vogal David Silva, disse que ainda bem que ele tinha falado em espaços verdes, pois tinha dito que eles tinham sido requalificados; argumentando que dava uma volta pela freguesia e achava que os espaços deixavam muito a desejar. Recordou que já tinha tirado fotografias e as tinha trazido ali e que o dinheiro que tinha sido gasto e investido da manutenção dos espaços verdes tinha sido muito. Defendeu que não se voltasse a essa conversa porque já durava havia seis anos, tinha dado muita «água pela barba» e havia muita coisa ainda por explicar. Disse então que os espaços verdes já nem verdes eram; eram castanhos de tanta terra, já quase não havia espaços verdes. -----

Relativamente ao «*vai ser uma realidade*» recordou que esse projeto já vinha de mandatos anteriores e que já estava na Câmara havia vários anos, pelo que não estar nas Grandes Opções do Plano era apenas um pormenor. Argumentou ainda que, no que se referia ao «*vai ser realidade*» e «*os Centro de Saúde (CS) que estão a ser construídos*», também sabia de um hospital que estava para ser construído há bastante tempo e continuava à espera dele, afirmando que ainda não tinha percebido se seria um Hospital de Proximidade, se um Centro de Saúde um bocadinho maior; reiterando que ainda não tinha percebido muito bem, disse que haveria de ser construído, mas que lá estava... deviam lançar a primeira pedra lá para 2020/2021, era a tal história da burocracia, o que era sempre uma chatice: seis anos de burocracia. -----

Reiterou que, tal como aqui tinha dito, continuava a dizer: o problema não era só construir, era continuar-se com as mesmas condições em termos de recursos humanos e materiais. Defendeu que as coisas ficavam muito bonitas por fora, ficavam construídas, mas depois não tinham o acompanhamento devido, em termos de frequência dos CS. Lembrou que o de Queluz tinha tido vários problemas, tinha havido várias reclamações apesar de ser um CS novo. Defendeu que isso era problemático e que não bastava fazer, lá estava. Referindo-se à questão do hospital, salientou que vinha a ser adiada e arrastada no tempo; já tinha sido apresentado, tinham decorrido várias cerimónias e ainda não se tinha visto nada (havia anos!). Concluiu então que o «*vai ser uma realidade*» tinha muito que se lhe dissesse. Reiterou que, chegada a altura das eleições acabava por aparecer alguma coisa feita. Dirigindo-se ao Presidente disse: «*Desculpe, mas não me vai desmentir porque é verdade! Tenho como lhe provar isso com números dos orçamentos.*». Deu como



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

exemplo o orçamento do ano anterior, pois tinha sido o único que tinha dado um resultado negativo, porque tinha havido mais investimento. Afirmou não ter má memória, que eram factos.

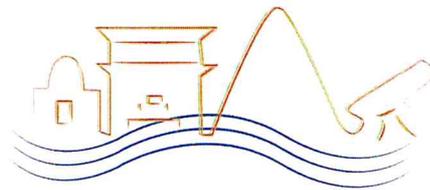
Concluindo, disse que a questão era: não se queriam resultados líquidos negativos, mas o investimento tinha de ser igual em todos os anos do mandato e não aparecer obra feita apenas no último. --

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Luís Fernandes da Bancada do CDS. -----

Relativamente às questões dos Orçamentos e Planos de Atividades de uma Junta de Freguesia, confessou ter-se ali recordado de alguma ingratidão e dificuldade do que era ter-se a responsabilidade direta da gestão de uma freguesia e de uma câmara municipal. Salientou que não estava ali a fazer apologia de defesa nem de uma entidade autárquica nem de outra. -----

Recordou a questão da mobilidade. Lembrou que no último mandato do Dr. Basílio Horta tinham sido criadas várias ciclovias no Concelho de Sintra, salientando que durante o Mandato de Fernando Seabra, ele próprio tinha sido daqueles que tinha defendido esse princípio como basilar do Concelho e que tinham sido feitas algumas, e perguntou: qual tinha sido a consequência das ciclovias, quem andava nas ciclovias, e se havia movimento nas ciclovias, tinha havido mudança do paradigma da mobilidade no Concelho de Sintra. Afirmou que não; não existia. Reiterou que havia uma mudança residual e não tinha nenhum carácter vinculativo da maneira como nós cidadãos da freguesia nos comportávamos em termos de mobilidade. Questionando porquê, defendeu que era porque tinha de haver outros incentivos, e que estes passavam por se ir copiar algumas coisas que outros já faziam, o que se via em Lisboa e em vários concelhos (muitos de gestão socialista, por exemplo Vilamoura, Viana do Castelo). Afirmou que, de acordo com o investimento que era feito por uma câmara, por uma JF urbana (como era o caso), havia necessidade de uma composição, mas que depois não havia continuidade. Disse considerar que a única coisa que a JF podia fazer era reclamar a importância do tema. Referiu que quando via indicado pelo Sr. Presidente a importância que tinha para ele a sustentabilidade, neste ponto de vista, tinha de acentuar a necessidade de fazer pressão sobre a câmara para que esta pusesse em prática políticas (como por exemplo, em Cascais e Oeiras) em que houvesse a possibilidade de alugar bicicletas para que as pessoas se pudessem movimentar, porque nem toda a gente tinha dinheiro para ter uma bicicleta para andar de um lado para o outro, mas se calhar, se tivessem essa possibilidade, em alguns pontos do concelho, talvez as ciclovias tivessem mais movimento... disse então ser uma pequena ideia que tinha de facto aplicação em muitos concelhos do país.

Afirmou que, era altura, ao fim de meio mandato (recordando que eram dois mais quatro já feitos) de fazer uma reflexão profunda sobre se o investimento da CMS, que tinha os tais 170 milhões de euros que diziam (afirmando que não sabia, não tinha visto, nem tinha documento algum que o provasse, mas que ia pelo que o colega vogal tinha dito). Reiterou que era altura de ver esse reflexo e que não deixava de dizer ao Sr. Presidente da Junta que era sua obrigação exercer a pressão necessária para que isso acontecesse, declarando que seria o primeiro a apontar-lhe o dedo porque a freguesia tinha muitos mais habitantes do



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

que muitas cidades do país, tinha uma grande problemática na área da mobilidade e, portanto, isso era importante que acontecesse, em complemento com as vias. -----

Relativamente aos CS, disse que, se tinha vindo a apontar do dedo à gestão do Dr. Fernando Seara (em que ele próprio tinha participado numa das entidades), tinha que se ter a noção que o pontapé de saída de alguns CS tinha sido dado (e alguns ainda tinham sido feitos) no tempo do Dr. Fernando Seara, que era um homem muito motivador e concretizador, sendo óbvio que também tinha defeitos, mas que, em verdade, tinha de se dizer as coisas tal como eram. -----

Para concluir, colocou uma questão que já tinha posto à CMS e ninguém lhe tinha sabido responder: quando era que se teria de facto um hospital – o que iria apoiar o Hospital Sintra-Cascais. Salientou que o que sabia era que quando tinha estado na assembleia municipal tinha sido daqueles que tinha aprovado essa implementação do hospital, em que a CMS – se não lhe falhava a memória – tinha de investir 30 milhões de euros. Recordou que apesar de considerar que era um esforço que deveria ser suportado na totalidade pelo Estado Central e não pela câmara, tinha dado na altura a sua aprovação porque, de facto, era um esforço para que se conseguisse ter o hospital após tantas primeiras pedras lançadas – lembrou que era do tempo e que tinha acompanhado a Dra. Edite Estrela e o então o primeiro Ministro Guterres, na colocação da primeira pedra. Reiterou que estava à espera que tal se concretizasse porque também iria beneficiar a freguesia e tornar mais qualificadas as pessoas que vivessem na freguesia.

Relativamente à segurança na freguesia, defendeu que era algo prioritário, afirmando que a assembleia sabia que havia muita gente neste concelho que tinha receio de sair à noite, pois havia problemas gravíssimos na área da segurança, havendo grupos que andavam por ali durante a noite (já para não dizer também durante o dia!) que não davam conforto nenhum a quem andava. Acrescentou que, era necessário mais uma vez exercer pressão sobre a CMS e as forças policiais no sentido de reforçar o policiamento, o reforço dos efetivos que pudessem dar a segurança de que os cidadãos necessitavam. Salientou que não se tratava de conversa redonda, mas sim de conversa assertiva perante qualquer cidadão que se questionasse sobre a importância do tema. Reiterou que era fundamental – face ao pulsar da insegurança em certos pontos (e salientou que até se sabiam onde eles estavam!) – que houvesse uma ação mais acertada, assertiva e punitiva de quem de facto não trazia nenhum valor para a UF. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) recordou que eram vinte e duas horas e cinquenta e um minutos e que achava que se estavam a desviar os assuntos em discussão, pelo que pedia aos vogais que tivessem tal em atenção. O Sr. Vogal David Silva da Bancada do PS pediu a palavra dizendo que seria menos de um minuto. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) concedeu a palavra ao Vogal David Silva da Bancada do PS que começou por dizer que, de facto, de repente, a sessão parecia a de uma assembleia municipal e não de uma assembleia de freguesia. Argumentou que muito haveria a falar, mas que poderiam continuar a conversa lá fora. -----

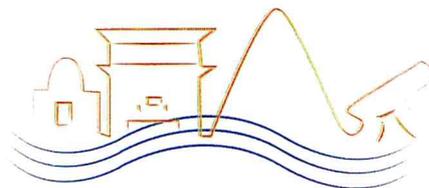
Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Disse querer apenas deixar ali duas considerações:

–Relativamente ao hospital, disse que existia um *site* do hospital, o qual tinha inclusivamente um cronograma passível de consulta e que se poderia saber em que estado estava o projeto; informando que nesta fase (em novembro) estava em concurso internacional. Defendeu que estava tudo tabelado e a bater certinho, inclusivamente o projeto, pelo que poderia partilhar o endereço do site, mas bastava ir ao Google pesquisar o hospital. Respondendo à questão colocada disse que sim, que era um hospital de proximidade;

– Relativamente à mobilidade, recordou que o vogal Luís Fernandes tinha perguntado quais tinham sido as consequências das ciclovias. Disse então que a sua pergunta era qual seria a consequência das ciclovias; defendendo que o tempo verbal é que não era o correto. Argumentou que, diriam que atualmente a ciclovia era sobretudo para lazer, mas que apesar de concordar, achava que nem que tivesse sido só para isso já tinha sido um bom investimento e era já uma boa infraestrutura. Salientou que a ciclovia era, como dizia na sua primeira intervenção «preparar o território para desafios futuros»; era um desses equipamentos. Afirmou que sim, que estava a ocorrer uma mudança de paradigma, e que, como era óbvio, não iriam todos passar a andar de bicicleta. Disse então que, pelo que vinha a ler, parecia que as pessoas tinham a expectativa de ver passar a volta à França na ciclovia, o que nunca iria acontecer; explicando que o objetivo não era que passassem ali bicicletas vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Reiterou que se tratava de um equipamento que vinha complementar todos aqueles que no futuro... exemplificou com o seu caso, em que trabalhava praticamente em casa, que nas últimas duas semanas tinha ido apenas três dias ao escritório. Explicou que isto fazia com que a sua dependência do carro fosse muito menor, pelo que iria procurar alternativas, por exemplo, nos transportes públicos. Afirmou que era necessário apostar na ferrovia e que se ia apostar no transporte público ferroviário. Realçou que ainda na semana anterior tinha sido notícia a abertura de um concurso público internacional que iria fazer uma revolução na área metropolitana ao nível do transporte público rodoviário, nomeadamente, todas as carreiras se iriam integrar numa só marca que iria chamar-se, salvo erro, Carris Metropolitana. Defendeu que isso iria levar a uma melhoria de horários, de bilhética e que seriam reforçadas as carreiras. Argumentou que era uma transformação que estava em curso. Salientando que se poderia dizer que era «precisa para ontem» e, concordando, defendeu que era necessária para hoje e estava a ser feita; recordando que as coisas não mudavam de um dia para outro, mas que ia mudar e que estava em curso uma série de transformações. Referiu que a ciclovia era uma rede importante que ligava a estação de comboio do Cacém a Massamá e que iria ligar a Monte Abraão. Recordou que era sabido que o projeto Eixo Azul estava em construção e que estava também em andamento do lado de Oeiras, o qual iria ligar ao passeio marítimo de Algés que por sua vez já estava ligado a Cascais, que estava ligado a Belém, que por sua vez já estava ligado ao centro de Lisboa; salientando que ia haver e que já estava em construção. Reiterou que não era uma questão de dizer «vou fazer», estava a ser feito. -----

Para concluir disse que daqui a meia dúzia de anos (dito pelos CEOs da Volkswagen numa Feira Internacional que se tinha realizado na Alemanha havia dois meses) não se iria comprar um carro a um stand pois iriam ter stands, mas também um serviço de aluguer de carros, pelo que se iria poder alugar um carro



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

num stand, e que a percentagem de pessoas que iria ter carro próprio para a percentagem de pessoas que não teria dependência do carro seria quase paralela, pois iriam ser encontradas alternativas. Defendeu que, para dentro do prazo em que tal virá a acontecer (não seria para amanhã!) o território teria de ter alternativas e estar preparado para que os próximos que vierem puderem usufruir do espaço público com maior qualidade. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) informou os vogais de que eram vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos e que se estava a discutir os Pontos 2, 3 e 4, pelo que se houvesse desvios à discussão, devido ao adiantar da hora e à OT ainda por discutir, seria forçado a interromper. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Independente Carlos Saldanha, que começou por dizer que efetivamente não se estava numa assembleia municipal, mas que seria bom que o que ali era falado fosse muitas vezes defendido em assembleia municipal; acrescentando que para além de fregueses também eram munícipes, pelo que covinha falar sobre as coisas. -----

Em resposta ao Vogal David Silva, disse que pela sua intervenção ficava descansado, pois no futuro viver-se-ia no paraíso – com transportes todos XPTO. Defendeu que o problema no presente era que os comboios eram suprimidos a toda a hora, as pessoas andavam apinhadas, os autocarros não existiam em Monte Abraão... e isto já se arrastava havia anos. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) interrompeu o Vogal Carlos Saldanha perguntando-lhe o que era que isso tinha a ver com o orçamento ou com o Mapa de Pessoal. Recordou que tinha avisado previamente e pediu ao Vogal que se cingisse aos três pontos em discussão.

Em resposta, O Vogal Carlos Saldanha disse que como sempre o Sr. Presidente só o questionava a si e que já tinha havido ali muita gente a falar de muitas coisas e, portanto... -----

O Sr. Presidente da Assembleia disse que era mania de perseguição e que não aceitava... -----

O Sr. Vogal argumentou ser um facto e recordou que já na assembleia anterior o Sr. Presidente da Mesa não tinha permitido que falasse no final da sessão e que por isso os vogais independentes tinham abandonado a assembleia. -----

Salientou que havia coisas que os preocupavam e que consideravam prioritárias, que já vinham do passado e ainda não tinham sido feitas; lembrou que a resposta era sempre: «vai ser feito»; mas que o problema persistia na realidade: os comboios eram uma desgraça, «os autocarros nem vê-los!», mas tínhamos ciclovias. Reiterou que esse era o problema e defendeu que tinha de haver prioridades, que se tinha de lutar junto das instâncias indicadas para resolver os problemas e tornar melhor a vida das pessoas na freguesia. Disse então que se o Vogal não percebesse isto, então não saberia mais do que dizer, repetindo que se tratava de uma questão de prioridades e que estava farto de falar de prioridades. -----

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Para terminar, disse conhecer o cronograma do Hospital e lembrou que ele estava a bater certinho e ia bater certinho, em 2021. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás), que começou por dizer que iria tentar ser sucinto e que não tinha percebido uma ou outra questão pelo que pedia desculpa. Solicitou aos Srs. Vogais que o elucidassem de qual era o esclarecimento pretendido se a resposta não fosse de encontro à questão, pois, para si, não tinha ficado tão claro. -----

Em resposta ao Vogal João Paixão, relativamente aos cabazes de Natal, disse que era óbvio que o valor não era aquele, explicando que na construção do orçamento tinha de se ter em atenção também os momentos da realização da despesa. Salientou que os cabazes de Natal apenas seriam realizados no final do ano, sendo que haveria ainda a revisão orçamental e que nessa altura seria feito o reforço de determinadas rubricas; pelo que o orçamento inicial não era o final como decerto o vogal saberia e para isso bastava ver os relatórios anteriores. -----

Sobre a questão do valor das iluminações de Natal e da aquisição, explicou que o que ali estava contemplado era o serviço: o fornecimento, a montagem, a desmontagem, os quadros eventuais e etc.; recordando que o que ficava fora desse serviço era o pagamento do consumo de eletricidade, o qual era obviamente pago diretamente pela autarquia. Disse então, que se se pensasse na perspetiva da aquisição (para se ter a ideia da grandeza dos números) a compra dos painéis de «Boas Festas» iguais aos colocados nesse momento na freguesia custava cerca de 2500 euros (lembrou que havia quatro painéis instalados pelo que seriam cerca de 10 mil euros), a aquisição das figuras do presépio como as espalhadas pela freguesia (6), em que cada conjunto custava 5 mil euros, ficaria em 30 mil euros; acrescentando que se ainda se fossem comprar as fitas que se colocavam nas copas das árvores (cada rolo em média custava 100 euros e cada árvore levava 15 fitas, o que ficava em 1500 euros/árvore). Recordou que acrescia ainda a montagem e desmontagem, a qual se fosse feita pelos serviços exigiria a existência de recursos humanos, uma viatura com grua e uma viatura de transporte dos equipamentos, já para não falar do armazenamento dos mesmos; além de que se teria de adquirir os quadros elétricos que, ao momento, eram os da empresa que prestava o serviço (explicando que o que era pedido à EDP era a validação e ligação técnica desses quadros à rede). Reiterou que, não esmiuçando tudo o que tinha sido instalado na freguesia, podia-se perceber mediante os valores apresentados, a grandeza dos números, a inviabilidade de ter um cenário desses, pois iria estar-se muitos anos para conseguir ter uma iluminação razoável e ajustada àquilo que era a capacidade financeira da freguesia. Recordou que assim tinha-se sempre variedade, não sendo sempre igual. -----

Sobre a questão do terreno em frente à Loja Chinesa e do Parque de Lazer, disse que estava a ser desenvolvido um projeto por parte da CMS, já tendo sido feitos estudos geotécnicos para validar a possibilidade de vir a ter dois patamares de estacionamento. Salientou que não constava na proposta de

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

orçamento, porque não era uma despesa da junta e porque entendia isso numa perspetiva mais abrangente, pois também se pensava numa perspetiva mais abrangente, pois quando se falava no Parque de Lazer de Monte Abraão estava a incluir-se essa ideia, visto haver um complemento, apesar de serem intervenções diferentes, independentes – não eram da mesma empreitada, eram de empreitadas diferentes– e de facto havia intenção de cumprir os dois projetos naquele espaço. -----

Relativamente ao Parque 2 de Abril, explicou que o que a junta estava a tentar que a CMS alterasse o alvará de utilização de todo o edifício para espaço de restauração para se tornar atrativo para os concorrentes, sob o ponto de vista do concurso público de exploração que queria lançar em 2020. -----

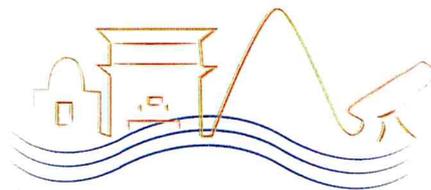
No que concernia ao Espaço de Cowork, disse que na próxima reunião de junta (na semana seguinte) o executivo iria abrir o procedimento do concurso de exploração e também de parceria a estabelecer no presente ano e assim iniciar o processo em 2021. -----

Em resposta à questão dos donativos de 40 mil euros, explicou que tinha a ver com o projeto do Parque Inclusivo. Explicou que o executivo queria que ele fosse verdadeiramente inclusivo e envolvente de toda uma comunidade pelo que o que estava a fazer era: estava a convidar todas as empresas da freguesia, nomeadamente da zona industrial, a apadrinharem os equipamentos (o custo do equipamento ser assumido por empresas), o que justificava o aparecimento dos donativos nesse montante, pois o custo dos equipamentos com IVA resultava nesse valor. Reiterou que, na perspetiva da inclusão o executivo pretendia incluir a comunidade empresarial, dando a conhecer que dos nove equipamentos já quatro tinham sido apadrinhados e que aguardava ainda algumas respostas de empresas da freguesia. Explicou que o objetivo era que todos os equipamentos fossem apadrinhados para respeitar essa perspetiva de inclusão e envolvência da comunidade. Reforçou que os trabalhos de construção civil seriam da responsabilidade quer da junta quer da câmara, as quais iriam suportar os custos. Esclareceu que durante o ano de 2019 tinha sido desenvolvido e trabalhado o projeto. Afirmou que quando fosse lançada a empreitada teria todo o gosto de o apresentar ali, mas que à data lhe parecia um pouco cedo, pois poderia existir necessidade de reajustar alguma questão para a concretizar no ano seguinte. -----

Relativamente à questão dos fóruns cívicos (de que o Vogal Luís Fernandes de alguma maneira tinha colocado durante a reunião tida; «os debates temáticos»), explicou que ao presente, com o alargamento do quadro de pessoal iriam conseguir criar oportunidade de refletir e debater sobre determinadas áreas e assim poder-se-ia perspetivar essa reflexão e esse pensar sobre a freguesia, sobre a cidade de Queluz e sobre o Concelho. -----

No que se referia às creches, informou que a CMS estava a desenvolver um projeto de creches municipais, incluindo uma na freguesia e uma na linha de financiamento tipo PARES (a que uma instituição da freguesia tinha concorrido para a criação de uma creche). Salientou que por isso se poderá eventualmente vir a passar de zero para duas, caso a candidatura feita por essa associação vier a ser aceite.

Relativamente à Proteção Civil, esclareceu que tem havido uma preocupação por parte do município nesta matéria, não só no apoio às instituições e associações humanitárias, mas também no desenvolvimento



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

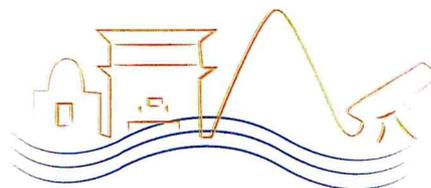
4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

e promoção das unidades locais da proteção civil. Deu a saber que nesse mesmo dia tinha recebido (e todos os presidentes de junta o tinham recebido) um ofício da CMS no sentido de aferir da disponibilidade de participação na criação da Unidade Local de Proteção Civil; realçando tratar-se de um aspeto importante para esta temática. -----

No concernente à sustentabilidade, disse que era uma questão à qual o executivo tinha vindo a dar bastante atenção. Recordou que a junta tinha feito uma candidatura a fundos para a instalação de painéis fotovoltaicos no cimo do edifício de Monte Abraão para produção de energia para autoconsumo e, informou que, infelizmente, pela definição e codificação de autarquias locais (o que não estava explícito na abertura do concurso) estavam fora e, portanto, a candidatura fora chumbada. Disse então saber que estava a ser desenvolvido um trabalho para as freguesias serem também elas elegíveis a estes mecanismos e, portanto, ser alargado o acesso aos fundos comunitários a outras áreas, nomeadamente referentes à sustentabilidade ambiental, pois esta questão das autarquias locais era muito específica e nosso (os outros países não tinham esta dinâmica). Salientou que a UFMMA tinha participado e recebido a Menção Honrosa no Programa das Freguesias mais Eficientes, a par da UF de São João das Lampas e Terrugem e da UF de Aqualva e Mira Sintra, esclarecendo que tinha sido as que do concelho de Sintra tinham participado; Explicou que não tinham ganho o prémio de 6 mil euros, mas que tinham tido um valor de cortesia (500 euros), salientando que tinham apresentado um conjunto de medidas para reduzir o consumo de eletricidade no edifício. -----

Disse ainda que a UFMMA tem vindo a trabalhar a questão da sustentabilidade ambiental, na questão da sensibilização e na mudança de alguns comportamentos. Realçou que no âmbito dos Mini-Presidentes a junta já tinha feito sensibilização e que o tinham feito também na Feira, acrescentando que iria reforçar essas dinâmicas no próximo ano. Informou que a junta estava neste momento a oferecer as primeiras 50 beateiras de parede aos estabelecimentos comerciais, nomeadamente aos cafés e restaurantes da freguesia; estava também a alargar a rede de distribuição de sacos para dejetos caninos com mais vinte equipamentos. Reforçou que tudo isto era uma tentativa de mudar alguns paradigmas nos comportamentos no que respeitava ao ambiente e ao comportamento cívico dos fregueses; salientando que vinha a ser esse o caminho, não obstante existir uma questão com a limpeza e o lixo que merecia toda a atenção e cuidado da junta. Referiu que a equipa da UF tem sido muito empenhada, dedicada e de grande brio profissional e só por isso tinha sido possível ter o valor de recolha que constava na informação escrita (104 toneladas). Informou que os SMAS tinham solicitado às JF uma reunião e disse saber que os SMAS em conjunto com a CMS estavam a avaliar a forma de reforçar a resposta junto das freguesias. Exemplificando, disse que nesse momento todos recebiam o mesmo, mas que havia territórios que pela sua dimensão deveriam ter uma diferenciação, recordando que S. João das Lampas tinha 84 Km² e os mesmos meios que a UFMMA. Defendeu, pois, que era preciso reavaliar isso e que se estava a reavaliar esse trabalho feito num ano de protocolo. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Relativamente à questão do alargamento dos direitos das sessões da AF (questão que tinha sido unânime), disse que o que importava era aferir o enquadramento legal e que não estava em causa a medida, considerando-a interessante e positiva pelo menos no que respeitava à proximidade com o cidadão. Afirmou não saber se traria mais fregueses à AF, mas pelo menos poderia criar mais proximidade e, acima de tudo, o que achava mais importante, era que o cidadão também ficaria a conhecer de uma forma mais abrangente o trabalho de cada uma das bancadas e cada força política no órgão deliberativo. Salientou que normalmente os fregueses acabavam por ter acesso mais à função executiva da execução do orçamento e que com essa medida acabaria por alargar o conhecimento do trabalho do órgão deliberativo e a posição que cada uma das forças tomava, pelo que seria um aspeto positivo. Partilhou que mesmo antes de esta recomendação surgir, o executivo já tinha iniciado esse processo de busca: como se poderia fazer para desenvolver os direitos. Informou que o YouTube para permitir *lives* tinha de ter pelo menos 1000 subscritores, porque não sendo assim, não faria direitos e só permitia gravações. Esclareceu que já tinha iniciado o trabalho de recolha de informação e reconhecimento da operacionalidade porque de facto o considerava importante. -----

Relativamente à rubrica do consumo de água (dos 100 euros), explicou que fazia parte de uma outra rubrica que era «encargos das instalações», referia-se à compra de água que era feita até há pouco tempo atrás; realçando que se passou a ter outro tipo de política e outro tipo de operação e portanto esse valor tinha descido para um valor residual, só para o caso de haver necessidade ou eventualidade. Referiu ainda que a junta também tinha os contratos com a Fonte Viva e tinha deixado de ter, pelo que os custos imputados nessa rubrica deixaram de existir. -----

No que se referia ao jornal Acontece, esclareceu que durante o ano a junta tinha lançado um concurso e que pela adjudicação o valor tinha baixado, pelo que a diferença de um ano para o outro a isso se devia, a empresa que tinha ganho tinha baixado o preço base. Esclareceu ainda que se distinguiu aquilo que era a produção da impressão por causa do IVA, porque se se fosse lançar um procedimento com produção e impressão pagar-se-ia 23%, se a impressão fosse tratada à parte o IVA seria de 6%, pelo que esta questão era também tratada de forma separada, exatamente para não se pagar tanto IVA de impressão. ----

No que se referia ao Mapa de Pessoal, se bem tinha percebido a pergunta, esta tinha a ver com a duplicação de valores, haver um aumento da contratação e não assistir a uma diminuição dos diversos. Salientou que, enquanto não fosse lançado o concurso, em alguns casos existiam prestações de serviço. Referiu ainda que para lançar o concurso tinha de existir orçamentado o vínculo no valor total, no entanto, não se poderia deixar de pagar a prestação de serviço, pelo que estava inscrita e de alguma maneira, estava duplicada. Salientou que terminado o concurso deixaria de ser necessária a prestação de serviço e esta cairia; acrescentando que no Relatório de Contas do próximo ano iria efetivamente ver-se aquilo que era a diminuição, esclarecendo que esta questão tinha a ver com a manutenção dos contratos existentes e a

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

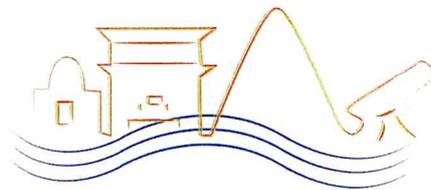
necessidade de ter a rubrica para a abertura dos procedimentos concursais com um valor, e daí a duplicação ou a não aparente diminuição do valor. -----

Quanto à questão de a junta ter muitos ou poucos técnicos superiores, disse achar que quanto mais qualificado fosse o quadro de pessoal da Junta melhor, pois mais capacidade haveria e mais exigência se poderia ter com os serviços. Realçou que o que constava no quadro como técnicos superiores eram: duas assistentes sociais e uma psicóloga, uma animadora sociocultural na US (a coordenadora), uma Técnica Superiora (psicóloga) no GIP, porque o instituto de emprego exigia um quadro qualificado a desenvolver as atividades e na comunicação (face aos desafios e ao aumento de trabalho nesta área – a produção de cartazes e gestão de alguns projetos – e que a tendência seria para aumentar se se instalarem os diretos). Salientou que obviamente era também importante o reforço dos operacionais pelo que todos os anos vinham a alargar e a contratar mais operacionais e que o ano de 2020 não seria exceção, não só porque a junta queria reforçar as escolas, uma vez que só tinha uma pessoa afeta e portanto necessitava de mais uma; acrescentando que pretendia alargar a equipa no espaço público pelo que iria contratar mais duas pessoas. Argumentou que tudo isso obrigava, em função das necessidades de trabalho, a que se adequasse a qualificação das pessoas pelo que não era displicente haver tantos técnicos superiores e tantos operacionais ou haver aqui um caminho crescente no ponto de vista operacional. -----

Relativamente à questão colocada sobre «Estudos e Consultadorias», esclareceu que ali estava incluído: o que seria o ponto 9.1, o revisor oficial de contas; uma rubrica nova que tinha a ver com as verificações dos parques infantis e manutenção física (as inspeções periódicas necessárias); a equipa (empresa) que estava a acompanhar o OP Jovem; e um trabalho que a junta tem de realizar no próximo ano e que tem vindo a protelar, o qual vem sempre mencionado no relatório do ROC e que tem a ver com a necessidade de fazer um levantamento do inventário do património no sentido de limpar algum (o que ainda não fora feito após a união dos patrimónios de cada freguesia). -----

Quanto à Feira, esclareceu que «Outros Serviços» se referia à empresa que fazia a fiscalização da Feira, pelo que era o valor anual de contratação. -----

Relativamente à «Aprovação Genérica» explicou que esta não era mais do que um instrumento de gestão plurianual que todo o município independentemente da força política (PSD, CDS, CDU) tinha. Explicou que esta ferramenta permitia lançar procedimentos para aquisição de contratos de telecomunicações, que permitia lançar procedimentos em que parte da contratação era feita em 2019 e outra em 2020 (como a iluminação de Natal); esclarecendo que, portanto, tinha a ver com a possibilidade de se poder gerir o orçamento de forma plurianual sob pena de, por exemplo, em setembro se parar de fazer compras porque não se poderia assumir compromissos para lá de dezembro, o que seria completamente impensável de acontecer. Afirmou tratar-se de uma ferramenta utilizada por todas as autarquias do país, balizada na lei para poder fazer a gestão plurianual; acrescentando que cada vez mais iria acontecer, pois o CNCAP ao contrário do POCAL, iria obrigar a uma plurianualidade daquilo que era a gestão: as Grandes Opções do Plano



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

das Autarquias. Salientou que a Aprovação Genérica não era mais do que a capacitação da Freguesia para fazer uma gestão plurianual, em função dos compromissos. -----

Relativamente ao Processo Servinova, informou que a junta, desde que conheceu a sentença, tinha vindo a trabalhar com o município e que, tendo todos agido de boa fé, o que tinha acabado por acontecer era que o elo mais fraco, em função do que foi o seu envolvimento, tinha acabado por ser o penalizado, mas que todos tinham errado: tanto a CMS como o SMAS, que sendo o dono da obra tinha a responsabilidade de recomendar um sítio para o estaleiro e não o fez; tinha errado a empresa que tinha contratado a obra aos SMAS, que foi direitinha à JF como era apanágio e errou a JF que de alguma maneira não se resguardou, e que, num ato de boa fé, naquilo que era o trabalho do município de melhorar o nosso território cedeu o terreno. Salientou que agora importava perceber o que se iria fazer e o que era possível fazer. Defendeu que para resolver esta questão poder-se-ia ir por dois ou três caminhos, mas que aquele que parecia mais viável, do ponto de vista do impacto ser menor para a comunidade e para o desenvolvimento da freguesia era perceber o que seria melhor para a vida da comunidade. Explicou que o executivo estava a trabalhar com a CMS era vender os imóveis propriedade da JF ao município de Sintra e a junta permanecer nesses imóveis com um contrato de arrendamento de valor simbólico, não havendo alteração sob o ponto de vista de *status* de funcionamento e serviço da JF à sua população; salientando que a lei o permitia. Explicou que o que a lei definia era que todas as alienações de imóveis públicos deviam ser feitas em hasta pública, exceto se fossem entre autarquias e, portanto, até poderia a CMS fazer essa aquisição. Explicou que nesse momento o que estava em cima da mesa e que estava a ser trabalhado era esse cenário, que parecia ao executivo ser o menos prejudicial para a vida e para a dinâmica da comunidade, não obstante do ponto de vista de ativos se poder perder esses ativos, mas não perdendo aquilo que lhe parecia mais fundamental: a capacidade de dar resposta aos problemas dos fregueses e da freguesia e assim poder manter-se a trabalhar no sentido de abarcar novos projetos, novos desafios, novas oportunidades. Afirmou que depois de tudo isto, ter-se-ia oportunidade de solicitar ao Sr. Presidente da AF uma reunião extraordinária para validar o modelo acordado com o município. Concluiu, dizendo que o caminho que estava a ser trilhado era este. Explicou que estava já num departamento jurídico da câmara a análise à proposta apresentada pela junta e a respetiva avaliação, pelo que brevemente teria oportunidade de validar se era esse o seguimento, ou então ter-se-ia de encontrar outra hipótese e outro caminho para fazer face a essa sentença. Acrescentou que nesse momento o processo estava findo (sob o ponto de vista do tribunal) pelo que agora era uma relação direta entre a autarquia e a empresa Servinova. Explicou ainda que o executivo tinha pedido à empresa que lhe fosse dado até ao final do mês de janeiro para poder desenvolver todas as *démarches* no sentido de ter tudo concluído nessa altura.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) disse então que antes de dar a palavra ao Sr. Vogal Fernando Baixinho da Bancada da CDU, gostaria de informar a assembleia que muitos estavam a exceder os tempos regimentais; salientando que muitos estavam a ultrapassar os tempos

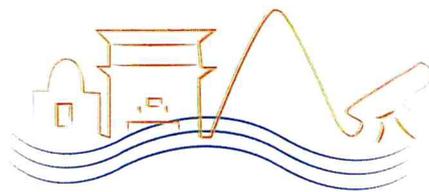
Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

previstos na Grelha A (para as assembleias de maior importância). -----

Tomou a palavra o Sr. Vogal Fernando Baixinho da Bancada da CDU, que começou por dizer que a sua bancada considerava que tinha havido má gestão neste processo e que a JF tinha perdido. Reiterou que tinha sido má gestão de todos aqueles ali já apontados: da JF, da CMS e do atual executivo também. Defendeu que o processo se tinha arrastado e que se tinha perdido e que isso tinha custos. Disse ainda que, mesmo com este negócio que se poderia fazer da permuta ou da venda do património da junta à CMS, a junta, iria ter custos. Recordou que este executivo estava agora ao leme, o PS (porque tinha ganho eleições), mas que noutro dia estaria outro, o PSD, a CDU, ou o CDS, mais tarde ou mais cedo viria a estar outro partido no poder e esse iria ter de pagar toda a vida a renda à CMS, porque o processo tinha sido mal conduzido, porque se tinha deixado arrastar e, entretanto, não fora resolvido a tempo e não se conseguia agora resolver doutra maneira, de forma a poder pagar-se sem ser com património. Lembrou que o orçamento da junta era de 2,6 milhões de euros, e que se calhar, poder-se-ia negociar com a Servinova outros processos de pagamento. Defendeu que eram ideias, eram formas de gestão; acrescentando que a gestão era do executivo e que este fazia como entendia e que a sua bancada tinha a sua opinião crítica à gestão que estava a ser feita. -----

O Sr. Presidente da UFMMA (Pedro Oliveira Brás) tomou a palavra dizendo que não se iria alongar, mas que gostaria de explicar ao Sr. Vogal Fernando Baixinho, que não era novo nestas andanças e que sabia perfeitamente como eram construídos os orçamentos e que sabia que havia receita consignada por via dos protocolos com o município e que, portanto, essas verbas eram alocadas a uma despesa, e que não podiam ser mexidas. Salientou que o que a junta tinha no 1.1 e no 1.6 (tirando os 200 mil); no 2.4 e no 1.7 eram transferências da CMS, não eram da JF, não era receita própria e, portanto, daquilo que se estava a falar propriamente dito, como receita da junta era de cerca de 500/600 mil euros, porque o resto vinha da CMS. -

Recordou que se a CMS não tivesse delegado competências, estar-se-ia a falar de um orçamento simplificado; não seriam 21 na assembleia e o executivo não teria sete elementos (seriam 5 ou 3). Reiterou que era necessário perceber como era que se construíam os orçamentos e, dirigindo-se ao Sr. Vogal Fernando Baixinho, disse-lhe que já ali estava há tempo suficiente para perceber que a verba consignada não podia ser desviada para outro lado qualquer porque era para cumprir uma missão e se não o fizessem seriam penalizados e, portanto, o que verdadeiramente era o orçamento da junta era o que resultava da receita própria e, em %, era um valor elevado. Concluiu que, por isso, era importante olhar para isso e encontrar outras soluções para o problema. Reiterou que era preciso perceber como era que os orçamentos se construíam e que os 2,6 não eram receita própria, havia obrigações a cumprir. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

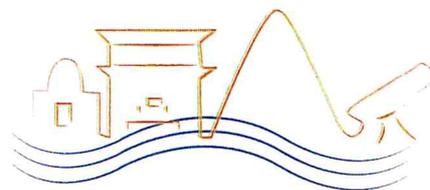
O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Albino Morais da Bancada da CDU que disse que gostaria de perceber um pouco melhor o que o Sr. Presidente tinha explicado. Perguntou então se a verba consignada há vários anos para o OP vinha das várias dotações da câmara ou se fazia parte do Orçamento pequenino. Afirmou então que, como freguês, mais do que como vogal, fazia-lhe confusão que o pouco património que a freguesia tinha fosse alienado (apesar de ser para a Câmara, pois deixaria de ser da Junta), e que não se abdicasse de uma verba que era significativa (que todos ao anos eram 100 mil euros ou um pouco mais do que isso no momento) para algo que não estava consignado, em que os fregueses iam a concurso ou iam colocar propostas para serem decididas, o que considerava não ser vital para a vida da freguesia. Disse parecer-lhe que, se calhar, se todos os fregueses fossem escutados em relação a isso, se calhar, abdicavam durante dois anos desse orçamento para não abdicarem do património que era muito pouco. Contestou, afirmando que não se podia perder essa verba, mas que se vendia o único património que a junta tinha (o edifício da JF de Monte Abraão) para fazer face à despesa (obviamente a junta não tinha culpa). Confessou fazer-lhe confusão e reiterou não entender, pois os 5% tinham de se manter fixos, não havia uma obra estimada, não havia um CS, não havia uma obra numa escola... era o OP, para as pessoas poderem de alguma maneira participar... Perguntou então se não se poderia durante dois anos abdicar de uma parte dessa verba para fazer face a essa despesa. -----

Em resposta, o Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Oliveira Brás) disse que as pessoas tinham validado no dia em que votaram nos projetos políticos que se apresentaram a eleições e onde constava aquilo que era o projeto político do PS. Reiterou que as pessoas tinham validado o que queriam. --

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) perguntou ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) se este assunto viria a uma Assembleia Extraordinária. Ao que o Sr. Presidente da UFMMA respondeu que o executivo estava a trabalhar com o município para ver da viabilidade da solução que apresentou; acrescentando que se ela fosse possível seria trazida ali para avaliação e validação e, não sendo, traria a solução possível de apresentar dentro do quadro legal, pois esse era o compromisso que tinha. **Concluiu, afirmando de forma mais sucinta: Sim, vem.** -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Carlos Saldanha. Começou por dizer que seria muito rápido que iria apenas lembrar uma história, pois parecia-lhe que havia ali gente que estava esquecida de algumas coisas. -----

Primeiro, começou por sublinhar a questão da boa fé, que considerou ser a principal novidade e depois, recordou (se bem se lembrava) que na altura do SMAS e da administração do SMAS também fazia parte a administração da CDU, pelo que era melhor não tirarem todos «o cavalinho da chuva». -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques), com a concordância do Sr. Presidente do Executivo, disse que achava que em janeiro se esclarecia esta questão. -----

O Sr. Vogal Fernando Baixinho da Bancada da CDU lembrou que quando se assina um documento a dizer que aquela propriedade é nossa, e que se pode lá pôr o material temos responsabilidade. -----

Em resposta, **O Sr. Presidente da JF (Pedro Oliveira Brás)** afirmou que o que estava escrito na folha A4 não era que o terreno era propriedade da JF, o que estava escrito na cópia do processo em 1ª instância (que poderia pedir aos seus colegas de bancada) o que constava, *ipsis verbis*, não era que a JF dizia que era propriedade, era que a JF cedia os terrenos sites em xxx durante 900 dias para a realização da obra, salientando que não dizia lá que era propriedade. Realçou que quando se falava sobre isso era necessário conhecer para não se acrescentar pontos ao texto. Afirmo perentoriamente que não estava ali a defender nada, mas sim a enunciar o que estava no documento. -----

O Vogal Fernando Baixinho lembrou que não podia ceder uma coisa que não era sua; se alguém tinha cedido... tinha cedido aquele património pensando que era dele; por isso tínhamos sido condenados. Reafirmo que também o atual executivo também tinha tido culpa porque quando foi o processo, se o tivesse interrompido, a dívida não seria esta, seria menor. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu por terminada a discussão dos três pontos e passou de imediato à votação do Ponto 2. Apreciação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020. -----

Votação: -----

13 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE); -----

2 Votos CONTRA – (2 CDU); -----

6 Votos de ABSTENÇÃO – (3 Vogais Independentes; 2 PSD; 1 CDS/PP) -----

O Ponto 2 foi APROVADO por MAIORIA com 13 votos a favor. -----

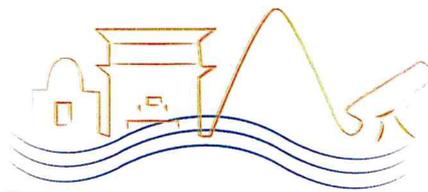
O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação do Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação referente à Autorização Prévia Genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais; -----

Votação: -----

14 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE; 1 CDS); -----

2 Votos CONTRA – (2 CDU); -----

5 Votos de ABSTENÇÃO – (2 PSD; 3 Vogais Independentes); -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Ponto 3 foi APROVADO por MAIORIA com 14 votos a FAVOR.-----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) passou à votação do Ponto
4- **Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2020;** -----

Votação: -----

15 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE; 2 CDU); -----

0 Votos CONTRA; -----

6 Votos de ABSTENÇÃO – (1 CDS/PP; 2 PSD; 3 Vogais Independentes); -----

O Ponto 4 foi APROVADO por MAIORIA com 15 votos a FAVOR; -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a discussão aos Pontos
Sobre o OP (que já estava em vigor havia vários anos) e o OP Jovem: -----

5 – Apreciação de Carta de Princípios, Nota Justificativa e Calendarização do Orçamento Participativo para 2020; -----

6 – Apreciação e votação das Normas de Participação do Orçamento Participativo para 2020; -----

7 –Apreciação de Carta de Princípios, Nota Justificativa e Calendarização do Orçamento Participativo Jovem para 2020; -----

8 – Apreciação e votação das Normas de Participação do Orçamento Participativo Jovem para 2020; -----

de acordo com o decidido e acordado pela assembleia no início da sessão. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás). Disse então que não iria perder muito tempo a explicar os pontos 5 e 6 pois o conceito e a metodologia desta proposta eram semelhantes às que têm vindo a ser desenvolvidas e, portanto, era um método deliberativo, em que as pessoas eram convidadas a apresentar ideias, depois havia uma validação técnica, e eram colocadas a votação. Acrescentou que apenas tinham sido feitas algumas clarificações em apenas três artigos. -----

Disse então que gostaria de centrar a sua intervenção mais no OP Jovem, explicando o que tinha sido e estava a ser esse processo. Realçou que esta proposta era importante desde logo porque tinha sido feita a partir dos jovens. Explicou que tinham iniciado este projeto envolvendo a empresa que estava a ajudar na dinamização e na construção do OP Jovem. Esclareceu que as escolas foram envolvidas, no sentido em que indicaram e selecionaram 25 jovens para iniciar o processo de construção e apresentação das Normas. Explicou que o que ali estava a ser apresentado era fruto do trabalho desses jovens, que ao longo de três sessões de trabalho desenvolvido toda a dinâmica, fazendo jogos e criando eles próprios um processo de votação; criando também eles um processo de democracia participativa ao criarem essas Normas. -----

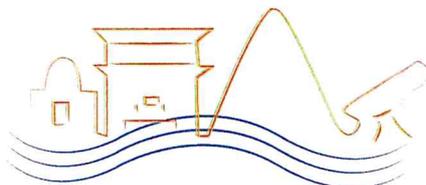
Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Explicou que ia funcionar numa lógica de jogo online, onde os jovens poderiam participar ativamente, desenvolvendo propostas, mobilizando os seus colegas, mobilizando e dinamizando o jogo, ganhando pontos e subindo de nível e, com essa «gamificação» e linguagem bem conhecida pelos jovens, poderiam construir ali soluções que fossem validadas pelos próprios. -----

Informou que teria um calendário (de janeiro a julho). Explicou que o mais importante a realçar era desde logo tratar-se de uma novidade do ponto de vista da metodologia: não existia, comparativamente a outros OP, essa formatação, provavelmente porque o início desse projeto não fora desenvolvido a partir dos jovens, mas uma das coisas era a possibilidade de os jovens concorrerem e jogarem em equipa, ou seja, construírem uma equipa de 2 a 5 jovens e, a partir dali, desenvolverem um projeto ou ideia, podendo também fazê-lo individualmente. Salientou que a inovação metodológica que ali emergia era poderem fazê-lo em equipa. Realçou que, obviamente, sob o ponto de vista do jogo, trazia alguns desafios de adaptação ao mesmo que eram facilmente ultrapassados. Referiu que não deixava de ser curioso – e isso era fácil de constatar nas Normas – que os jovens para além da «gamificação» (da perspetiva *online* de poderem jogar com os seus smartphones, telemóveis ou com o seu portátil, usando a plataforma), não deixaram de ter uma visão mais *offline*, ou seja, não deixaram de ter a preocupação de que este projeto tivesse um momento físico, onde havia o que se designava nas Normas «os *spots* na freguesia» que eram os encontros de participação entre jovens para apresentarem as suas ideias e a partir de ali construírem soluções mais comuns, como também a possibilidade de as urnas poderem estar em cada escola e, portanto, não só o voto *online* como o voto presencial serem possibilidades para os jovens. -----

Partilhou ainda que, um aspeto engraçado que ressaltou destas reuniões foi que para os nossos jovens a definição de freguesia para eles, não era dividir em quintinhas, ou seja, a escola não estava à margem da rua, não estava à margem de casa, não estava à margem do jardim, ou seja, para os nossos jovens a freguesia era tudo: a escola fazia parte da freguesia, logo a freguesia não tinha barreiras como eles próprios referenciaram. Salientou que, conseqüentemente, o âmbito deste OP era a freguesia, mas nesta definição mais ampla que os jovens quiseram dar. -----

Realçou o facto de os jovens terem valorizado a questão da competição e de esta ter um resultado, haver ao longo dos níveis algum prémio e algum resultado do seu empenho – na angariação de mais votos pelo facto de terem submetido uma proposta, o facto de terem comentado a proposta do outro, o facto de terem feito uma validação da proposta do colega – criando dinâmicas de interação e competindo entre eles por forma a valorizar as propostas, o que entroncava num outro aspeto: a noção daquilo que é a representatividade, ou seja, nós envolvemos os jovens, chamamos as ideias, mas para eles existe um número mínimo de votos para que a representatividade daquela proposta se faça sentir e a partir desse número (35 votos) passar automaticamente para a avaliação técnica e, portanto, ao longo dos meses de janeiro a julho as propostas que atingirem este número de votos serão avaliadas e depois passarão à fase de votação. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

ly

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Prosseguiu, salientando que outro aspeto importante era que, apesar de ser um OP para jovens (de idades até aos 22 anos), eles não quiseram que a escola, nomeadamente as direções das escolas e os professores deixassem de mediar o processo, ou seja, na parte da avaliação, os professores e as direções das escolas são chamados a fazer essa mediação e, digamos que, a criar um chapéu de supervisão e, para levar para casa, para os pais se calhar, darem aqui algum enquadramento mais avultado a este processo. ---

Por fim, explicou que havia quatro votos no total, mas que só não podiam ser usados no mesmo projeto, portanto seria um voto por projeto e que seriam executados os quatro projetos mais votados. -----

Sintetizando, defendeu que o trabalho desenvolvido por estes jovens devia merecer por parte da AF um voto de confiança na nossa juventude, pois estava-se sempre a falar em atrair os jovens para a política e para a participação cívica e este seria um excelente momento para validar o trabalho desenvolvido pelos 25 jovens e dizer que a nossa juventude tinha espaço, tinha voz e merecia participar. -----

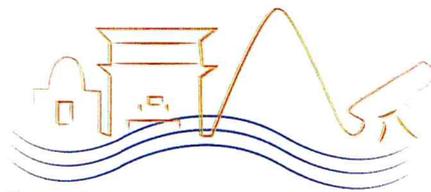
O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Fernando Baixinho da Bancada da CDU. Relativamente ao OP, disse que já era sobejamente conhecida a posição da bancada da CDU e que esta se mantinha havia algum tempo, pois que, sem um verdadeiro orçamento, o OP era zero, nada valia. Afirmou que isto era só dizer que eles iriam participar e que depois tinham «mais não sei o quê...», mas que o orçamento podia ser participado por qualquer um. Defendeu que ao próprio orçamento poderiam chegar ideias de quaisquer pessoas, pois podiam dar ideias. Defendeu que o único orçamento que contava mesmo era o das Grandes Orientações do Plano e que sem esse não haveria qualquer outro. -----

Concluiu que, por isso, a sua bancada iria apresentar uma Declaração de Voto sobre o Orçamento (**Anexo IV**) e uma outra Declaração de voto sobre o Orçamento Participativo (**Anexo V**).-----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal José Barroso Dias da Bancada do BE. Disse que relativamente ao OP, o BE sempre foi um entusiasta e que se congratulava mais uma vez com o OP para o presente ano e, nomeadamente, com o OP Jovem. Considerou uma ideia muito interessante para trazer os jovens a participar mais ativamente na vida da comunidade. ---

Relativamente ao OP clássico referiu que: a Nota Justificativa tinha a data de 2018, pelo que pensava ser um lapso; e que no art.º 2 das Disposições Gerais falava-se várias vezes em «municípios», questionando se era mesmo assim (ou seria também um lapso); (**Ao que o Sr. Presidente do Executivo respondeu** que era mesmo assim, pois legalmente erámos municípios e não fregueses). -----

Recordando que os projetos passavam pela fase da consulta pública, da afixação dos resultados provisórios e só depois os proponentes eram notificados da decisão final, perguntou se neste período da consulta pública, em que poderia haver reclamações ou impugnações (ou o que fosse), quem o poderia fazer, se apenas os proponentes ou um qualquer freguês. Salientou que poderia não ser proponente e achar que



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

havia um projeto que no seu entender não reunia as condições e poderia querer fazer uma reclamação, pelo que gostaria de saber se isso era assim ou se era só para os proponentes. -----

Lembrou que a consulta pública tinha passado de dez para cinco dias e que iria ser em meados de agosto pelo que não sabia se não iria ter algum impacto no acesso por parte das pessoas. -----

Relativamente ao OP Jovem, disse achar muito interessante o documento ter resultado dessas tais três reuniões com jovens (revelando a sua concordância com o facto de serem os jovens a criar a base que iria servir para os projetos que iriam criar e apresentar), mas que achava aquele documento um pouco confuso pois misturava-se a «gamificação» com os pontos do próprio projeto e depois os pontos da gamificação é que iriam influenciar na apresentação dos projetos. Reiterou pensar que não estava muito claro. -----

Referindo-se ao escalão etário, sendo que a idade de participação estava definida no intervalo entre os 11 e os 22 anos, perguntou em que momento, se na apresentação das propostas, se na abertura do concurso, se no final ou à data do escrutínio, pois não se percebia muito bem a que data teriam os participantes de ter aquelas idades. -----

Relativamente à «*equipa técnica analisa a viabilidade das propostas submetidas que atingirem os 35 votos*» disse pensar que os 35 votos seriam aqueles obtidos na tal «gamificação» que constava no art.º 15; depois no nº5 do art.º 8 estava definido que: «*os jovens poderão votar individual ou coletivamente até ao limite máximo de quatro projetos...*» pelo que lhe surgiam questões: até ao limite máximo de 4 projetos... quem é que podia votar, acrescentando que não tinha percebido quem era o universo de votantes, se eram todos os fregueses e freguesas dos 11 aos 22 anos, se os alunos destas quatro escolas; reiterando que não se percebia neste documento quem era o universo dos votantes. -----

Relativamente a «*cada jovem participante ou equipa de participantes*» perguntou se um jovem podia fazer parte de mais de uma equipa, apresentar uma proposta individualmente e estar integrado numa equipa. -----

Relativamente à equipa de análise, salientando que esta era constituída por: -----

a) uma equipa de 3 alunos (1 de cada agrupamento escolar), -----

b) 1 professor e -----

c) pelos diretores (ou por quem eles delegarem) dos 3 agrupamentos escolares), -----

disse que se relativamente ao ponto c) não havia dúvidas porque era em que os diretores delegassem, questionava-se de como seriam escolhidos este aluno e este professor. Defendeu que tinha de ficar claro quem eram, pois também não se percebia. -----

Relativamente ao nº 1 do art.º 13, em que se lia «*o sistema de votação deverá garantir que todos os jovens possam votar.*», reiterou que não se percebia quem; perguntando novamente: quem? -----

No que se referia ao nº 4 do art.º 13 «*Cada jovem participante ou equipa de jovens participantes tem direito a 4 votos usados em projetos diferentes*» disse que a dúvida era se tinha de utilizar os 4 votos ou podia usar só 1 ou 3. -----

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Concluiu, questionando sobre o valor que o executivo tinha pensado aplicar nesta 1ª Edição do OP Jovem. Saliu a dizer que esperava que estas considerações e questões por si colocadas fossem encaradas como uma crítica positiva, pois como era sabido o Bloco de Esquerda era a favor dos OP e especialmente neste caso, o Jovem, mas que entendia que o pior que se poderia fazer neste tipo de ações era: o seu regulamento não ser credível e não ser claro. Defendeu que a credibilidade era uma coisa fundamental neste tipo de projetos: tinha de ser à prova de bala, à prova de manipulações e à prova de pelo menos que se diga «que possa haver» e, portanto, tinha de ser claro. Realçou que era muito bom que tudo isto ficasse muito claro neste Regulamento e, na opinião da sua bancada este Regulamento não era claro. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Bernardo Nunes da Bancada do PSD, que iniciou a sua intervenção apresentando os cumprimentos protocolares aos presentes. Começou por congratular o executivo pelo projeto embora houvesse lacunas ou não. Afirmando que não tinha tido oportunidade de o olhar na íntegra, disse que, no entanto, não queria deixar de congratular o executivo por apostar na juventude e cativá-la para a política. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) para responder às questões colocadas. -----

Relativamente ao universo dos votantes, esclareceu que eram todos os jovens dos 11 aos 22 anos, mesmo os que não estando nas escolas residam na freguesia. -----

Explicou que a questão do jogo, ou gamificação, era na perspetiva de tornar este processo mais atrativo e com uma linguagem mais aproximada àquilo que os jovens fazem e discutem, fomentando esta questão no jovem (o que participou mais no jogo, subindo níveis e ganhando pontos), numa perspetiva de atrair os jovens para este processo. Esclareceu que os votos eram obtidos no momento da gamificação, em função da participação do jovem, *online* ou *offline*, ou seja, na altura de votar, poderia depositar os quatro votos (no máximo 4), ou seja, poderia usar um, dois, três ou quatro votos. Esclareceu ainda que se apenas quisesse votar numa proposta, nada teria a ver com o jogo, esse era o momento da votação. -----

Relativamente à composição das equipas, referiu que poderiam participar de forma individual e ao mesmo tempo estar numa equipa, ou seja, o jovem pode apresentar uma ideia e ao mesmo tempo subscrever outra ideia de uma equipa, para que haja a liberdade entre eles de terem visões diferentes do jogo e assim contribuírem com ideias próprias e coletivas e poderem estar nos dois lados. -----

Afirmando que percebia as questões, defendeu que, no entanto, o importante nesta 1ª Edição, era pensar mais do que na forma, no conteúdo, ou seja, mais do que ser extremamente claro, era pensar na forma como os jovens o tinham construído. Argumentou que se se queria que os jovens voltassem a participar e voltassem a melhorar o processo, teriam de aprender com este. Realçou que na perspetiva do executivo, para este OP Jovem – naquilo que era a visão dos jovens, a forma como viam a melhor maneira de participar – deveria dar alguma liberdade dentro do que tinham sido as suas proposta, as suas ideias, no

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

sentido de este poder ser um OP Jovem com a possibilidade de ter todos os erros e mais alguns na medida em que era a primeira experiência para todos, para o executivo e para muitos deles que nunca tinham participado numa iniciativa semelhante, outros sim, que já tinham participado em programas semelhantes com uma lógica nacional de participação e de jogo. Disse ainda achar que nesta fase o importante era validar o conteúdo que eles próprios criaram e menos um bocadinho a forma; acrescentando que se poderia alterar ali o português, ou uma ou outra coisa, mas não seria isso que mudaria essencialmente o propósito: que os nossos jovens dos 11 aos 22, de forma individual ou coletiva, pudessem jogar, interagir e comentar, ao mesmo tempo que votavam e pensavam sobre aquilo que era melhor para a freguesia. -----

Quanto ao valor pensado para este projeto disse rondar os 20 mil euros. Referiu ainda que o projeto era feito entre eles e que o professor era a escola que designava, seria uma decisão da escola. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal José Barroso Dias da Bancada do BE que disse estar um pouco embaraçado pois era o último ponto de ordem de trabalhos onde pensaria ter uma disputa com o Sr. Presidente. Afirmou que esse era um dos problemas conceptuais, porque embora o regulamento pudesse ter sido criado pelos jovens (o que achava muito bem!), isto era algo que iria ser validado por todos, ou seja, ia ser da AF da UFMMA. Considerou que, portanto, só para se dizer que tinha sido criado pelos jovens... seria bom que não saísse um documento com erros e imprecisões. Reiterou que não estava correto, que era tão simples quanto isso; ainda por cima Regulamentos de Concursos onde estavam envolvidos 20 jovens. Salientou que era por essa razão que estava incomodado, porque a sua bancada (que era defensora acérrima dos OP) se via confrontada com uma situação que podia pôr em causa o próprio OP, uma vez que o que havia mais grave para projetos deste géneros era depois as pessoas questionarem a própria credibilidade do projeto. Reiterou que continuava sem estar esclarecido sobre quem era o universo de votantes, que eram os tais jovens dos 11 aos 22 anos; perguntando quais jovens (todos os da freguesia, do país, do concelho?). -----

Ao que o Sr. Presidente do Executivo respondeu que eram os da freguesia, referindo que estava escrito. -----

O Vogal José Barroso Dias salientou que isso era os que podiam apresentar os projetos e não os que votavam. -----

O Sr. Presidente Pedro Oliveira Brás esclareceu que eram os que participavam e a participação ia desde apresentar a ideia a votar; a participação era em sentido amplo. -----

O Sr. Vogal recordou que no outro OP (o standard) não era assim, e, portanto, lhe parecia que, de uma forma avisada, se reconhecesse que algumas coisas não estavam suficientemente claras e que poderiam criar alguma confusão. Asseverou que se havia alguma coisa errada, corrigia-se; defendendo que não dizer aos jovens que iria ser alguma coisa corrigida daquilo que eles fizeram, até era um bocadinho antipedagógico. Reiterou que quando algo não estava muito claro, tornava-se claro, pelo que não percebia muito bem porque era que ali, numa coisa que ia implicar toda a assembleia, a JF e 20 mil euros não se clarificasse. Salientou

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

que o pior que poderia acontecer, por ser a 1ª Edição, era que houvesse qualquer falha na credibilidade do Regulamento. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a Votação o Ponto 6 -
Apreciação e votação das Normas de Participação do Orçamento Participativo para 2020. -----

Votação: -----

14 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE; 1 CDS/PP); -----

2 Votos CONTRA – (2 CDU); -----

5 Votos de ABSTENÇÃO – (2 PSD; 3 Vogais Independentes).-----

O Ponto 6. foi APROVADO por MAIORIA com 14 votos a FAVOR.-----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação o Ponto 8
– Apreciação e votação das Normas de Participação do Orçamento Participativo Jovem para 2020; -----

Votação: -----

17 Votos a FAVOR – (11 PS; 1 CDS/PP; 2 PSD; 3 Vogais Independentes); -----

2 Votos CONTRA – (2 CDU); -----

2 Votos de ABSTENÇÃO – (2 BE); -----

O Ponto 8 foi APROVADO por MAIORIA com 17 votos a FAVOR. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) questionou a assembleia sobre a admissibilidade de prolongar os trabalhos uma vez que passava já das 24 horas e não estando esta terminada teria de ocorrer nova sessão dentro de 48 horas como regimentado. Informou ainda que analisando a OT havia vários protocolos, as atas e o Regulamento da US (que vinha ali pela 2ª vez por uma questão de texto) e a Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente relativa ao 4º Trimestre. Questionou a assembleia sobre a sua anuência para o prosseguimento dos trabalhos. -----

Com a anuência da assembleia os trabalhos prosseguiram. O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) abriu a discussão ao Ponto 9 – Apreciação e votação de Protocolo de Colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e Associação Oficina de Planeamento e Participação no âmbito da Rede de Autarquias Participativas – RAP. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que começou por esclarecer que relativamente a este Protocolo a única alteração era que iria mudar a secretaria técnica que dava apoio a RAP, informando que deixaria de ser a

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Associação «In Loco» e passaria a ser a Oficina e que só por essa razão vinha o protocolo à AF. Realçou que a essência do valor se mantinha. Aproveitou para partilhar com os vogais que a UFMMA tinha sido convidada para fazer parte da direção para o mandato dos próximos dois anos da RAP, pelo que seria a única freguesia representada nessa direção, fruto do trabalho desenvolvido na promoção e desenvolvimento da democracia participativa. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Fernando Baixinho da Bancada da CDU que disse que, só tinha mudado o nome, pelo que da última vez a sua bancada tinha tomado uma posição e que a manteria, pois era contra este ponto. -----

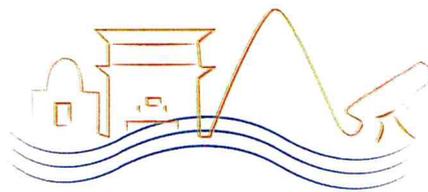
O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a Votação o Ponto 9. -----
Votação: -----
19 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE; 2 PSD; 3 Vogais Independentes; 1 CDS/PP); -----
2 Votos CONTRA – (2 CDU). -----

O Ponto 9 foi APROVADO por MAIORIA com 19 votos a favor.-----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a apreciação o Ponto 10 – Apreciação e votação de protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e o Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins – CECOFA, no âmbito de estágio curricular do Projeto de apoio e dinamização do comércio local «O Freguês». -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Brás) que referiu que relativamente a este protocolo e de acordo com aquilo que já tinha tido oportunidade de explicar diversas vezes sobre a estratégia definida para o «O Freguês», em que:

- numa primeira fase - visava-se angariar um conjunto de lojas onde se pudesse lançar este projeto;
- numa segunda fase, massificar e distribuir cartões - e por essa razão tinham sido desenvolvido um conjunto de iniciativas, nomeadamente os eventos de distribuição desses cartões (existiam ao momento 25 mil a 30 mil cartões na rua); e
- a terceira fase (a atual) fazer a junção entre comércio e pessoas e ao mesmo tempo desenvolver e capacitar os comerciantes através do presente protocolo, onde se poderia trabalhar com uma entidade especializada no comércio, naquilo que eram a oferta de valor acrescentado no âmbito formativo e de debate para se poder também retirar *Know how* desta instituição e se poder também ajudar os nossos comerciantes a ficar dotados de novas ferramentas e de desenvolvimento de novas áreas, ajudar a sair um bocadinho «fora da caixa» do que era o seu negócio. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Explicou que este protocolo servia para abrir um caminho de capacitação e valorização dos comerciantes com uma entidade que foi criada entre o IEFP e a Confederação de Comércio e Serviços (duas instituições que trabalham diretamente com o emprego e a promoção do comércio), pelo que ao executivo fazia todo o sentido estabelecer esta parceria. -----

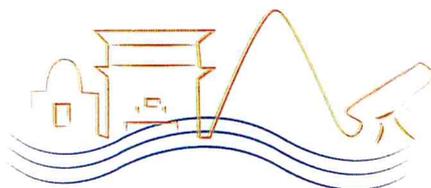
O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal João Paixão da Bancada do PSD. Começou por perguntar se, havendo uma Associação Comercial em Sintra, esta tinha sido consultada para esta colaboração com a JF. Disse ainda que gostaria de saber se a formação iria ser feita na freguesia, em salas da junta (suponha!). Defendeu que esta ideia era a de apoiar porque os comerciantes e empresários necessitavam de uma formação constante, workshops sobre como lidar com o cliente. Deu os parabéns à junta por ter negociado este protocolo com o CECO, embora ele próprio já tivesse falado nisso e escrito no jornal Acontece, afirmando que havia necessidade de dar formação aos nossos comerciantes, pois era necessário diariamente reconhecer que era fundamental subir o seu nível de rendimento. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Vogal Maria de Sousa da Bancada do PS. Começou por dizer que a sua bancada gostaria de demonstrar o agrado com que encarava este protocolo de colaboração entre o CECO e a UFMMA. Disse que era indiscutível a importância da formação profissional para os comerciantes como forma de valorização do seu capital humano, pelo que formações como vitrinismo, comunicação, marketing, publicidade, atendimento ao cliente, entre tantas outras que existiam; eram sem sombra de dúvidas fulcrais para o crescimento e desenvolvimento do comércio local. Deu os parabéns pela iniciativa e disse esperar que esta fosse sabiamente acolhida e aproveitada pelos comerciantes locais. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) para prestar esclarecimentos sobre as questões colocadas. -----

Relativamente às formações, disse que ainda não estava definido onde iriam ocorrer e tanto poderiam ser na freguesia como nas instalações do CECO em Lisboa. Esclareceu que o âmbito do protocolo não era desenhar à partida formações, mas sim abrir portas para olhar e encontrar as melhores respostas em função das necessidades dos nossos comerciantes. -----

Quanto à Associação Empresarial de Sintra (AES), disse que o executivo sempre tinha partilhado com a mesma que esta estava muito fechada para uma determinada zona do Concelho, defendendo que era necessário alargar a Rede. Informou ainda que por diversas vezes tinha manifestado à AES que é preciso pensar na criação de núcleos, mais para esta zona urbanizada, para se poder abrir e trabalhar a questão do comércio. Disse ainda que, em resposta à questão em concreto, os protocolos com instituições não tinham de ter o aval da AES e portanto não tinha sido consultada para essa finalidade, mas o executivo poderia sim



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

estar disponível para trabalhar com a AES, como sempre o tinha manifestado, no sentido de alargar a sua presença no concelho, coisa que até à data não tinha sido possível realizar; salientando que não estava ali a criticar a situação, mas que eram questões muito próprias. Defendeu que era necessário que AES refletisse um pouco sobre isso, acrescentando que o concelho era muito grande e que era preciso alargar e crescer para outros lados do concelho. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a Votação o Ponto 10 – Apreciação e votação de protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e o Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins – CECOFA, no âmbito de estágio curricular do Projeto de apoio e dinamização do comércio local «O Freguês».-----

Votação: -----

19 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 PSD; 2 BE; 3 Vogais Independentes; 1 CDS); -----

2 Votos de ABSTENÇÃO – (2 CDU); -----

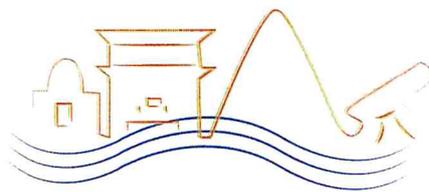
O Ponto 10 foi APROVADO por MAIORIA com 19 votos a FAVOR. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a apreciação o Ponto 11 – Apreciação e votação de protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Associação RJ Anima no âmbito do desenvolvimento de atividades culturais. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta da UFMMA (Pedro Brás) que explicou que o propósito deste protocolo que vinha a ser trabalhado havia meses (que por vicissitudes da sua vida pessoal não tinha sido possível aprofundá-lo mais cedo), era valorizar a nossa história cultural, o nosso património, aproveitar o *know how* e o conhecimento de um conjunto de pessoas que tem vindo a trabalhar e feito um conjunto de trabalho muito interessante no nosso concelho e na nossa freguesia. Aproveitou para cumprimentar o Professor Rui Oliveira que, além de ser professor na US, também era um historiador com grande conhecimento sobre o concelho e a freguesia e com quem a JF vinha a dialogar e a trabalhar. Salientou que este protocolo visava valorizar o património da freguesia, criar um sentimento de identidade e memória, lembrando que tínhamos muita coisa. Disse ainda que poderíamos organizar um fórum ou debate cívico para o professor falar da riqueza histórica da freguesia que, se calhar, muitos desconheciam as suas particularidades.-----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Fernando Baixinho da Bancada da CDU. -----

Quanto ao protocolo (com uma verba de 1000 euros/ano) para passeios culturais, disse que este não referia quantos passeios a realizar, nem qual era a atividade a que a RJ Anima estava obrigada, salientando



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

tratar-se de passeios que se realizariam apenas em Massamá e Monte Abraão e que, na opinião da sua bancada, deveriam ser alargados ao Concelho de Sintra (que tinha um património muito mais rico e possivelmente deveria incluir também visitas a museus). -----

Disse ainda pensar que, por outro lado, este serviço era uma lacuna da UFMMA, pois não tinha um animador cultural e que por isso ia celebrando estes protocolos. Afirmou não saber se estava previsto um seguro para os participantes pois poderiam vir a cair mais responsabilidades sobre a JF. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que em resposta ao Vogal disse que a história da freguesia não se separava da história do concelho e, portanto, certamente haveria oportunidade para falar do concelho, para falar da freguesia e para falar de muitas outras coisas. Relativamente à questão dos seguros, afiançou ao vogal que poderia estar descansado pois não havia evento algum promovido pela JF em que os participantes não estivessem devidamente segurados como mandava a lei. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou então a votação o Ponto 11 – Apreciação e votação de protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Associação RJ Anima no âmbito do desenvolvimento de atividades culturais. -----

Votação: -----

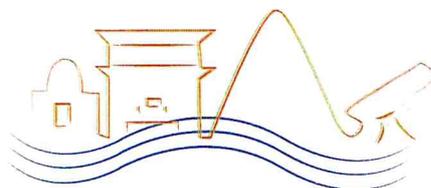
19 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE; 2 PSD; 3 Vogais Independentes; 1 CDS); -----

2 Votos de ABSTENÇÃO – (2 CDU) -----

O Ponto 11 foi APROVADO por MAIORIA com 19 votos a Favor.-----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a apreciação o Ponto 12 – Apreciação e votação do Regulamento da Universidade Sénior de Massamá e Monte Abraão. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) esclareceu que o documento apresentado resultava das correções às questões e contribuições apresentadas na última assembleia, pelo que o objetivo deste documento era “arrumar” a organização do ponto de vista regulamentar a US, com a definição clara das competências de cada estrutura formal que existia, Conselho Pedagógico, Conselho de Alunos, Coordenação e por aí fora. Concluiu, dizendo que se tratava de um Regulamento que se pretendia implementar, fruto também de um trabalho onde se envolveram os representantes dos professores e alunos da US, o qual tinha tido oportunidade de estar em consulta pública e depois, tinha vindo à assembleia para receber contributos das diferentes bancadas. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Fernando Baixinho da Bancada da CDU que disse que, depois de alguns adiamentos, a sua bancada considerava que este estava em condições de ser votado. Referiu que, no entanto, tinha duas propostas de alteração: -----

- O art.º 40 referente a Direitos e o art.º 41 Deveres: às vezes não se sabia muito bem se era direito ou se era um dever. Exemplificou com «*Conhecer o regulamento da US*», questionando se aquilo era um direito ou era um dever e afirmando que para si e para a sua bancada não era um direito, era um dever. Perguntou ainda se, por outro lado, «*Apresentar sugestões para melhorar a qualidade do serviço prestado*» era um dever ou era um direito, porque para si era um direito, pois o aluno poderia não querer, mas tinha o direito de o fazer. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação o Ponto 12 – **Apreciação e votação do Regulamento da Universidade Sénior de Massamá e Monte Abraão;** -----

Votação: -----

20 Votos a FAVOR – (10 PS; 2 PSD; 2 BE; 3 Vogais Independentes; 2 CDU; 1 CDS/PP); -----

1 Voto de ABSTENÇÃO – (PS – Vogal Carlos Nogueira); -----

O Ponto 12 foi APROVADO por MAIORIA com 20 Votos a favor. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a discussão ao Ponto 13 – **Apreciação e votação das Atas de Assembleia de Freguesia Nos. 4, 5 e 6 de 2019.** Recordou que estas tinham sido enviadas havia semanas. Salientou que eram documentos muito longos, pois a redatora transcrevia os discursos e não fazia resumos. Disse ainda que revia aspetos técnicos e não intervenções, pelo que perguntou aos senhores vogais se tinham alguma alteração a produzir relativamente a alguma ata. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal João Paixão da Bancada do PSD que referiu achar que era um excesso de papel uma ata com 58 páginas, considerando que era falta de poder de síntese, o que não era de elogiar. Disse ainda que a pessoa que redigia as atas devia ter a consciência que custava muito a ler tanta página, pois a pessoa adormecia a ler. Referiu ainda que existia um erro, pois dizia «*tinha pagado*» e deveria ser «*tinha pago*» (Pág. 33, Ata Nº6). -----

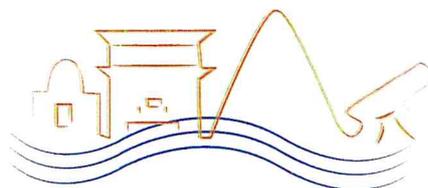
O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques), sobre a extensão das atas impressas, disse que fazia às vezes uma manobra de redução de letra e passava de 50 páginas para 30 e tal. Afirmou ainda que tem pedido o poder de síntese à redatora, mas que ela lhe tem dito que queria e que quando fazia as coisas as fazia bem feitas e, portanto, o que as pessoas diziam ela escrevia. Recordou que num passado não muito longínquo eram vinte e tal, quando eram os primeiros secretários a fazer, e que agora, era assim. Defendeu que o que achava era que se abusava um bocadinho no pedido aos serviços da junta em pedir

55

Sede: R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá · 2745-872 Queluz ·
Tel.: 21 439 23 31 / 21 438 91 71 · Fax: 21 438 91 70

e-mail: assembleia@uf-massamabraao.pt

Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31 Monte Abraão · 2745-300 Queluz ·
Tel.: 21 437 36 35 / 21 439 08 39 Fax: 21 437 36 60



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

impressões de atas, pois devia-se poupar papel; salientando que achava que o problema não estava na extensão da ata porque elas eram explícitas, porque reproduziam com exatidão o que era dito, mas sim no exagerado consumismo de papel.-----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Fernando Baixinho da Bancada da CDU para apresentar uma correção à Ata N.º6, pág. 2, na substituição da bancada tem o nome «Luís» a mais. -----

O Vogal David Silva questionou se os vogais que não tinham estado na assembleia em causa poderiam votar a ata dessa sessão. Gerou-se discussão, tendo-se concluído que era livre e que cada vogal assumiria a sua posição. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a Votação da Ata N.º4/2019:

Votação: -----

2 Votos de ABSTENÇÃO – (1 PSD: Bernardo Nunes; 1 PS: Hussnúbánú Ribeiro); -----

19 Votos a FAVOR – (10 PS; 1 PSD; 3 Vogais Independentes; 2 BE; 2 CDU; 1 CDS/PP). -----

A Ata N.º 4/2019 foi APROVADA por MAIORIA com 19 votos a favor.-----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a Votação a Ata N.º 5/2019:

Votação: -----

17 Votos a FAVOR – (9 PS; 1 PSD: João Paixão; 2 BE; 3 Vogais Independentes; 1 CDS/PP); -----

4 Votos de ABSTENÇÃO – (1 PSD: Bernardo Nunes; 2 PS: Hussnúbánú Ribeiro e David Silva; 1 Vogal Independente Carlos Saldanha) -----

A Ata N.º 5/2019 foi APROVADA por MAIORIA com 17 votos a favor.-----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a Votação a Ata N.º 6/2019:

Votação: -----

17 Votos a FAVOR – (8 PS; 1 PSD; 3 Vogais Independentes; 2 BE; 2 CDU; 1 CDS/PP); -----

4 Votos de ABSTENÇÃO – (3 PS: Sandra Viegas; David Silva e Hussnúbánú Ribeiro; 1 PSD: João Paixão) -----

A Ata N.º 6/2017 foi APROVADA por MAIORIA com 17 votos a favor.-----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a apreciação o Ponto 14 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente, referente ao 4.º Trimestre de 2019, relativa às atividades

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

e Situação Financeira da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão dando a palavra ao Sr. Presidente do Executivo. -----

O Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Oliveira Brás) disse então que, antes de passar a este ponto e não querendo obrigar a fazer uma nova votação das atas, queria informar que o Código do Direito Administrativo no nº3 do art.º 34 instituía expressamente «*Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.*». Salientando que o Sr. Presidente e a AF tomariam a devida decisão em conformidade; recordando que por isso existia a aprovação das atas em minutas para dar eficácia à mesma. -----

Relativamente à apreciação sobre a Informação do 4º Trimestre, que não correspondia exatamente ao mesmo, e dado ao adiantado da hora, disse não se querer alongar e que queria apenas salientar, como aspetos mais relevantes: -----

- O reforço de meios (as viaturas que tinham chegado nessa semana) – aumentando assim a capacidade operacional de intervenção no espaço público; -----

- A adjudicação da obra respeitante a uma das propostas vencedoras do OP (o Parque Infantil em Monte Abraão); -----

- A celebração e o conjunto de iniciativas no âmbito do mês da Idade Maior ao longo do mês; -----

- No âmbito da sustentabilidade, a candidatura ao fundo ambiental, o que permitiu criar o polo alimentar, dando melhores condições ao meritório e muito positivo Projeto «Mercearia Solidária»; -----

- O arranque da US com 314 inscrições, sendo que na sua larga maioria tinham sido feitas a partir da nova plataforma (feitas maioritariamente a partir de casa); -----

- Uma medida do município importante: o acesso gratuito ao Parque de Estacionamento da estação de Monte Abraão; -----

- O arranque dos trabalhos para o OP Jovem; -----

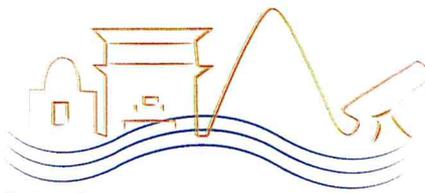
- A atribuição da Menção Honrosa das Freguesias Mais Eficientes; -----

- O início das obras da rede ciclável que ligará Monte Abraão a Massamá que depois deriva para Queluz e o Eixo Azul. -----

Concluiu, dizendo que haveria outras coisas a mencionar, mas que deixava a sua disponibilidade para esclarecer alguma questão relativamente à Informação Escrita. -----

Terminou, sublinhando todo o empenho dos funcionários na execução destas atividades pois sem eles não seria possível dinamizá-las, e revelou o seu reconhecimento pela entrega e dedicação. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Sra. Vogal Independente Fátima Campos. Apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes, desejando a todos um Santo e Feliz Natal e formulando votos de que 2020 fosse muito próspero para todos. Pediu que fosse



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

transmitido a todos os funcionários da junta este seu voto. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) formulou votos de boas festas para todos e para as suas famílias, com saúde, porque com saúde tudo se fazia. Formulou votos de uma quadra natalícia em família e em paz e que fosse aproveitada para descontraír um bocadinho para que no próximo ano estivessem com energias renovadas para dar seguimento a este trabalho, quer do executivo quer da assembleia. -----

Seguidamente, O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à 1ª Secretária (Ana Paula Carvalho) para proceder à leitura da ata em minuta da presente sessão. -----

Colocada a votação, a Ata em Minuta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a Assembleia pelas 01h05m do dia 13 de dezembro de 2019. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia

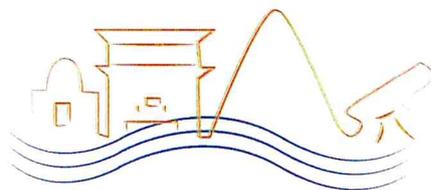
Manuel Lourenço Marques

A 1ª Secretária

Ana Paula Carvalho

A 2ª Secretária

Sandra Viegas



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

ly

Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

ANEXOS

ANEXO I

Moção «25 de Novembro de 1975» apresentada pela Bancada do CDS/PP

ANEXO II

Declaração de Voto do Vogal Manuel Salvador (PS) a propósito da Moção «25 de Novembro de 1975» apresentada pela Bancada do CDS/PP

ANEXO III

Recomendação apresentada pelos Vogais Independentes Carlos Saldanha, Maria de Fátima Campos e Barandas Salgado

Anexo IV

Declaração de Voto da Bancada da CDU relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020.

Anexo V

Declaração de Voto da Bancada da CDU relativa ao Orçamento Participativo

